



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO - SMAN/CAOP/DIREX/PF

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08211.004992/2019-99

PREGÃO ELETRÔNICO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa certificada pela Agência Nacional de Aviação Civil-ANAC para a prestação de serviços de manutenção aeronáutica em Helicópteros com o objetivo de manter as AERONAVES descritas no item 1.2 desta cláusula em plenas condições de aeronavegabilidade, conforme as condições, quantidades, exigências e especificações técnicas estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	Quantitativo (Unidade de medida)	Valor mensal de referência	Valor Total anual
01	01	APOIO TÉCNICO OPERACIONAL: É o valor a ser pago à Contratada mensalmente pela prestação de serviços de Manutenção Aeronáutica, compreendidos em: manutenção de campo e serviços programados de manutenção, conforme descrito no <u>Caderno de Encargos e Especificações Técnicas</u> .	12 (meses)	R\$ 378.320,00	R\$ 4.539.8400,00
	02	CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO - É o serviço de acompanhamento dos componentes controlados, do controle do cumprimento das Diretivas Técnicas, das demais exigências pertinentes à legislação vigente, da atualização mensal de todas as cadernetas das aeronaves e controle/atualização das publicações técnicas, inclusive o diário de bordo na parte relativa à discrepâncias, horas de célula, motor, ciclos e inspeções, conforme as especificações constantes do Anexo III.	12 (meses)	R\$ 22.100,00	R\$ 265.200,00
	03	SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO: É o valor a ser pago por serviços de manutenção aeronáutica a serem prestados de forma eventual diretamente pela Contratada, conforme descrito no Termo de e na Cláusula Segunda do Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.	800 (homem-hora)	R\$ 406,67	R\$ 325.336,00
	04	SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO, LOCAÇÃO DE COMPONENTES SUBCONTRATADOS E FORNECIMENTO EVENTUAL DE COMPONENTES DESCARTÁVEIS: trata-se do valor a ser pago por serviços de manutenção aeronáutica a serem SUBCONTRATADOS, conforme descrito no Termo de Referência e na Cláusula Segunda do Caderno de Encargos e Especificações Técnicas. A estimativa aqui lançada será apenas para fins de previsão orçamentária, não devendo haver lance nesse item.	12 meses (Provisão de encargos)		R\$ 1.000.000,00
	05	RESSARCIMENTO PELAS DESPESAS COM TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DO MECÂNICO: trata-se o valor a ser pago pelos serviços de MANUTENÇÃO DE CAMPO fora da base Brasília. A estimativa aqui lançada será apenas para fins de previsão orçamentária, não devendo haver lance nesse item.	12 meses (Provisão de encargos)		R\$ 330.000,00
	06	MATERIAL - COMPONENTES DE FORNECIMENTO EVENTUAIS DESCARTÁVEIS. A estimativa aqui lançada será apenas para fins de previsão orçamentária, não devendo haver lance nesse item.	25.000 unidades		25.000,00
VALOR ESTIMADO TOTAL					R\$ 6.485.376,00

OBS.: Item 4 - Não há como prever o quantitativo de serviços eventuais, neste sentido, para possibilitar o andamento do contrato estipulou-se o quantitativo de 12 meses;

Item 5 - Não há como prever o ressarcimento pelas despesas de transporte e hospedagem por depender de sinistros imprevisíveis, para possibilitar o andamento do contrato estipulou-se o quantitativo de 12 meses;

Item 6 - Por ser imprevisível a estimativa do material (item 6) que será utilizado por mês, estabeleceu-se simbolicamente o total de 25.000 unidades para facilitar o empenho, associando uma unidade a cada R\$ 1,00 (um real) disponível.

1.2. Os objetos dos itens descritos no subitem anterior se referem às seguintes aeronaves:

- a) Aeronave **AS-350B2**; Ano de fabricação 2002; Prefixo **PR-HFA**; Horas totais voadas: **TSN de célula 6.317,6 até 15/11/2019**;
- b) Aeronave **AS-350B2**; Ano de fabricação 2013; Prefixo **PR-LEE**; Horas totais voadas: **TSN de célula 730,2 até 22/11/2019**.
- c) Aeronave **AS-355N**; Ano de fabricação 2002; Prefixo **PR-HFC**; Horas totais voadas: **TSN de célula 3.277,4 até 01/12/2019**.
- d) Aeronave **AS-355N**; Ano de fabricação 2002; Prefixo **PR-HFD**; Horas totais voadas: **TSN de célula 3.729,1 até 28/05/2019**.
- e) Aeronave **AS-350B2**; Ano de fabricação 1995; Prefixo **PT-HZH**; Horas totais voadas: **TSN de célula 3.484,5 até 04/12/2018**.

Apresentam-se as aeronaves em lote único frente a similaridade destas (compatíveis e intercambiáveis em itens de célula, rotor principal e instrumentação) e frente ao grande número de empresas homologadas à manutenção de ambos modelos destas aeronaves, AS350B2 e AS355N, conforme pesquisa no site da ANAC (SEI 13206885).

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de natureza continuada sem dedicação de mão de obra exclusiva.

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a execução por tarefa e empreitada por preço unitário.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação de serviços de manutenção aeronáutica, de acordo com especificações técnicas previstas ao Anexo III deste Termo de Referência, intitulado Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

3.1.1. O serviço de manutenção aeronáutica compreende o APOIO TÉCNICO OPERACIONAL, CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO, SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES de aplicação nas AERONAVES e ÓLEOS/FLUIDOS (desde que não fornecidos pela CONTRATANTE), de todas as MANUTENÇÕES PROGRAMADAS e NÃO-PROGRAMADAS das AERONAVES de acordo com o MANUAL DE MANUTENÇÃO das AERONAVES incluindo a atestação da IAM das AERONAVES, quando do seu vencimento, especificados nesta Cláusula.

3.2. **APOIO TÉCNICO OPERACIONAL** - O APOIO TÉCNICO OPERACIONAL compreende os serviços que serão cobertos pelo CUSTO FIXO MENSAL a ser pago à CONTRATADA. São eles: a MANUTENÇÃO DE CAMPO o e os SERVIÇOS PROGRAMADOS DE MANUTENÇÃO conforme descrição detalhada que consta do Anexo III deste Termo de Referência.

3.2.1 Os serviços de manutenção relacionados no referido Anexo III, as intervenções decorrentes de discrepâncias apresentadas em operação, a aplicação de acessórios e a aplicação de qualquer boletim (Eurocopter ou Turbomeca) serão efetuados de acordo com as normas e padrões da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, atendendo aos requisitos dos Regulamentos Brasileiros de Homologação Aeronáutica – RBHA nº 43, 91 e 145, bem como toda a legislação superveniente que for aplicável, incluindo as diretivas técnicas dos fabricantes da aeronave e do motor.

3.3. **CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO (CTM)** - É o serviço de acompanhamento dos componentes controlados, do controle do cumprimento das Diretivas Técnicas, das demais exigências pertinentes à legislação vigente, da atualização mensal de todas as cadernetas das aeronaves e controle/atualização das publicações técnicas, inclusive o diário de bordo na parte relativa a discrepâncias, horas de célula, motor, ciclos e inspeções, conforme as especificações constantes do Anexo III;

3.3.1. O serviço de CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO está incluído no CUSTO MENSAL FIXO, devendo ser apresentado sob a forma de relatórios computadorizados, apresentados impressos e/ou em mídia eletrônica, cobrado mensalmente, em fatura específica, separada do APOIO TÉCNICO OPERACIONAL.

3.4. **SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO**- Os serviços eventuais são aqueles imprevisíveis quanto ao momento de sua necessidade, descritos na *no Anexo III* deste Termo de Referência, portanto não serão suportados pelo custo fixo mensal e serão pagos por evento. São subdivididos em :

3.4.1. **SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO**, a serem prestados diretamente pela CONTRATADA serão remunerados na forma de Homem/Hora.

3.4.2. **SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO, LOCAÇÃO DE COMPONENTES SUBCONTRATADOS E FORNECIMENTO EVENTUAL DE COMPONENTES DESCARTÁVEIS**, a serem subcontratados quando a CONTRATADA não possa executar o serviço por lhe faltar específica homologação da ANAC para tanto e não seja possível a sua contratação pelo SRP – Sistema de Registro de Preços da Polícia Federal.

3.4.3. **OS SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES SUBCONTRATADOS** serão executados de acordo com as disposições da *Cláusula Treze* deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme estudos preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte :

5.1.1. Durante a execução da manutenção, a CONTRATADA deverá zelar pela integridade das aeronaves, sob pena de ser responsabilizada por quaisquer danos ou perdas que as mesmas sofrerem.

5.1.2. Nos casos de necessidade de atendimento fora da base de Brasília/DF ou da sede da CONTRATADA, pelo mecânico da MANUTENÇÃO DE CAMPO, o valor referente à mão-de-obra está incluso no custo fixo mensal pago pela CONTRATANTE, podendo a CONTRATADA repassar à CONTRATANTE apenas os valores referentes ao transporte do mecânico.

5.1.3. Toda e qualquer intervenção de manutenção decorrente da execução do CONTRATO, somente ocorrerá após a apresentação da Solicitação de Serviço, definida no Anexo V, seguindo os trâmites administrativos discriminados no Anexo VII deste Termo de Referência.

5.1.4. O serviço de Controle técnico de manutenção (CTM) realizado será apresentado mensalmente sob a forma de relatórios computadorizados, apresentados impressos e/ou em mídia eletrônica;

5.1.5. Tendo em vista o caráter eventual dos serviços não programados, sua execução deverá ser precedida de expressa autorização da CONTRATANTE, após análise do SMAN/CAOP/DIREX/PF, emitida em orçamentos próprios, conforme modelo do Anexo VI deste Termo de Referência.

5.1.6. OS SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES SUBCONTRATADOS serão executados de acordo com as disposições que se seguem neste Termo de Referência.

5.1.7. No ato da entrega, as PEÇAS e COMPONENTES nacionais ou estrangeiros deverão estar acompanhados das respectivas documentações comprobatórias de conformidade e rastreabilidade (formulário SEGVVOO, FAA FORM, EASA FORM etc.).

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.**5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.****5.4. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:**

5.4.1. Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou outro documento idôneo, que comprove, pelo menos:

5.4.2. A execução satisfatória de 01 (um) um serviço de manutenção de inspeção de 600 (seiscentas) horas de célula para algum dos modelos de aeronaves constantes do sub-tópico 1.2. deste Termo de Referência, ou em aeronave de classe similar, ou de classe superior àquelas objeto deste instrumento.

5.4.3. A execução satisfatória de 01 (um) serviço de manutenção de execução da inspeção de maior complexidade, constante do Manual de Manutenção do Fabricante, de uma aeronave de classe similar ou superior ao das AERONAVES descritas ao tópico 1.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas aeronaves a serem mantidas, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 12 horas, excetuando-se feriados, através de agendamento a ser efetuado previamente pelos telefones (61) 2024-9540/9550/9551 e fax: (61) 2024-9567.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.2.2. As aeronaves se encontram no seguinte endereço:

Comando de Aviação Operacional da Polícia Federal – CAOP/DIREX/PF
Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares da Aviação Geral Hangares 13/14
CEP: 71608-900 - Brasília/DF

6.3. Havendo alteração do endereço das aeronaves para emissão da declaração prevista no item 6 o licitante deverá entrar em contato prévio com o CAOP/DIREX/PF para confirmação do local e agendamento da vistoria.

6.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica, em razão das características inerentes à demanda do órgão:**

7.1.1. Os valores referentes ao transporte do mecânico terão como base as tarifas em classe econômica (maior desconto), vigentes na aviação comercial, devendo, objetivando economia à União, haver aproveitamento em voos de traslado nas aeronaves da CONTRATANTE sempre que possível e autorizado pela CAOP/DIREX/PF.

7.1.2. Os itens CONSUMÁVEIS, definidos no Anexo I, estão inclusos no APOIO OPERACIONAL, não havendo cobrança a parte.

7.1.3. Os prazos previstos para execução dos serviços poderão ser prorrogados, com a concordância da CONTRATANTE, caso não haja disponibilidade de peças para a aplicação imediata.

7.1.4. Quando houver interrupção da prestação do serviço de APOIO TÉCNICO OPERACIONAL, haverá o desconto proporcional aos dias parados relativo à aeronave que não esteja recebendo tal serviço.

7.1.5. Os custos relativos às horas de voo e ao combustível necessários ao traslado das aeronaves ao CENTRO DE SERVIÇOS da CONTRATADA, quando necessárias realizações de INSPEÇÕES PROGRAMADAS que não possam ser realizadas na sede da CONTRATANTE, ou no local em que as AERONAVES estiverem, serão descontados da fatura referente ao mês da execução do serviço (diretamente pela CONTRATADA), ou, caso não ocorra o desconto, tais custos serão subtraídos em processo de pagamento mensal, por meio de glosa de Nota Fiscal emitida.

7.1.5.1. Os custos relativos ao consumo de combustível, necessário ao traslado de aeronave(s), entre a sede da CONTRATANTE e a localidade sede do CENTRO DE SERVIÇOS da CONTRATADA serão calculados tomando-se por base (02) dois parâmetros, discriminados abaixo:

A) Consumo horário: realizada a aferição de distância, em linha reta, entre a sede da CONTRATANTE e a localidade em que fica sediado o CENTRO DE SERVIÇOS da CONTRATADA, em milhas náuticas (nm), a distância aferida será dividida pelo valor referente à velocidade média de voo de cruzeiro das aeronaves, 110 kt (nós). O quociente do cálculo realizado será, então, multiplicado pelo consumo horário de cada um dos modelos de aeronaves citados ao sub-tópico **1.2.**, conforme informações a seguir:

(i) AS-350B2: 170 litros/hora de QAv Jet A1; e

(ii) AS-355N: 200 litros/hora de QAv Jet A1;

B) Valor do QAv Jet A1: aferida a quantidade de litros de QAv Jet A1 necessários ao traslado da(s) aeronave(s) até a localidade sede do CENTRO DE SERVIÇOS da CONTRATADA, tal quantitativo será multiplicado pelo(s) valor(es) constante(s) de termo(s) celebrado(s) entre a **Polícia Federal** e empresa(s) fornecedora(s) de combustível de aviação (variável conforme a localidade de abastecimento). Caso seja necessário realizar mais de um abastecimento para voo de traslado, serão considerados, para dimensionamento de custos relativos ao consumo de combustível: **(a)** as distâncias percorridas; **(b)** o(s) local(is) de pouso para reabastecimento; e **(c)** o(s) respectivo(s) valor(es) praticado naquela(s) localidade(s) à **Polícia Federal** para o fornecimento de QAV Jet A1, conforme contratos celebrados pelo Órgão com empresas do ramo.

7.1.5.2. Soma-se ao cálculo discriminado acima, quando necessário o traslado da(s) aeronave(s) até a localidade em que fica sediado o CENTRO DE SERVIÇOS da CONTRATADA, o(s) valor(s) referente(s) à hora de voo de cada uma das aeronaves. Tais valores são calculados pelo Setor de Estatísticas do Comando de Aviação Operacional, e atualizados em relatório trimestral.

7.1.5.2.1. Para fins de auxílio à elaboração de proposta em sessão pública, será apresentado às licitantes a versão mais recente do relatório mencionado no sub-tópico acima, adstritas as informações publicadas aos valores referentes aos custos da hora de voo somente das aeronaves **AS-350B2 e AS-355N**.

7.2. Todo fornecimento de COMPONENTES (peças, materiais e equipamentos) que constem na *price list* do fabricante, necessários aos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AERONÁUTICA, objeto desse termo de referência, com exceção da LOCAÇÃO e REPARO DE COMPONENTES, será de responsabilidade da CONTRATANTE, quando em inspeções programadas, e no tratamento de discrepâncias ocorridas na sede da CONTRATANTE.

7.2.1. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, 60 (sessenta) dias antes, a relação de todas as peças, materiais e equipamentos, incluindo os Itens de Troca Sistemática, que serão necessários para a execução de qualquer SERVIÇO PROGRAMADO DE MANUTENÇÃO.

7.2.2. A CONTRATADA será dispensada de cumprir o prazo disposto no item acima, se houver serviços programados de manutenção a serem executados nos primeiros 70 (setenta dias) de vigência do CONTRATO.

7.2.3. No ato da entrega, as PEÇAS e COMPONENTES nacionais ou estrangeiros deverão atender ao disposto no subitem 5.1.7.

7.2.4. No fornecimento de peças e/ou componentes à base de EXCHANGE, considerar-se-á a avaliação para base de troca no mercado.

7.2.5. A ocorrência de ADDITIONAL BILLING será admitida mediante comprovação por meio de laudo técnico de responsabilidade de CONTRATADA, a ser submetido a avaliação da CONTRATANTE.

7.2.6. As PEÇAS e os COMPONENTES novos, reparados ou a serem descartados serão entregues na **Comando de Aviação Operacional Departamento de Polícia Federal**, localizada no Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares da Aviação Geral – Hangar 13/14. CEP: 71608-900 - Brasília-DF ou, em casos extraordinários, no lugar em que a aeronave esteja sendo submetida a manutenção.

7.2.7. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a CONTRATADA tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moda nacional, a taxa de câmbio constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

7.3. Em caso de necessidade de locação e reparo de componentes, caberá à CONTRATADA, quando solicitada, apresentar à CONTRATANTE, alternativas de aquisição de COMPONENTES em caráter de aluguel, caso seja a opção mais adequada para se evitar a indisponibilidade dos helicópteros descritos neste Termo de Referência;

7.3.1. Caso exista a alternativa de aluguel, a CONTRATADA submeterá o orçamento à CONTRATANTE e, se for por este aprovado, a CONTRATADA responsabilizar-se-á como locatária perante o fornecedor, e repassará à CONTRATANTE os custos decorrentes do contrato firmado com o locador, mediante as devidas comprovações, observando-se as disposições da Cláusula Dezessete deste Termo de Referência, por se tratar de subcontratação;

7.3.2. O serviço de reparo de COMPONENTES, quando necessário e conveniente à CONTRATANTE, será realizado na forma dos SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO, seja de forma direta pela CONTRATADA, seja por subcontratação, por lhe faltar homologação específica, de acordo com as regras estabelecidas nesse Termo de referência.

7.4. Os prazos para as Inspeções Horárias de Célula e Motor Programadas, maiores ou iguais a 100 (cem) horas, serão os seguintes:

a) As inspeções horárias menores que 600 (seiscentas) horas serão efetuadas no prazo de 07 (sete) dias corridos;

b) As inspeções horárias de 600 (seiscentas) horas serão realizadas no prazo de 28 (vinte e oito) dias corridos;

c) As inspeções Tipo C (144 meses) serão realizadas no prazo de 180 dias corridos;

d) Devido à necessidade de redução dos períodos de indisponibilidade das aeronaves com paradas para inspeções, as Inspeções Programadas deverão ocorrer de 100 em 100 (cem em cem) horas, com exceção da Inspeção tipo C. Nesse caso, se houver outras inspeções a serem realizadas em conjunto, o prazo delas deverá ser somado para os fins aqui especificados.

7.5. A execução dos serviços será iniciada a partir da data de assinatura do contrato.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

8.1.1. A qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será aferida pelo tempo de disponibilidade para voo de cada aeronave relacionada no Anexo IV.

8.1.2. Havendo descumprimento do ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS, sem que a CONTRATANTE tenha concorrido para a causa ou que esta sobrevenha de fato comprovadamente alheio ao controle da CONTRATADA, o pagamento do SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO OPERACIONAL referente à aeronave indisponível será ajustado conforme o ÍNDICE TRIMESTRAL DE DISPONIBILIDADE DE VOO DAS AERONAVES.

8.1.2.1. O limite aceitável de indisponibilidade tem como base a média dos últimos cinco anos, considerando-se no cálculo, o tempo em que a aeronave permaneceu indisponível para o voo por motivo de manutenção programada.

8.1.3. A indisponibilidade das aeronaves decorrentes da execução da inspeção do Tipo C, não será considerada para fim de verificação do cumprimento do ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS.

8.1.4. A verificação será realizada mensalmente, considerando o período dos três meses anteriores à medição, a fim de haver período de tempo razoável para a CONTRATADA realizar os ajustes necessários à consecução do nível proposto. Portanto não haverá medição nos dois primeiros meses do CONTRATO.

8.1.5. O Relatório de Fechamento Mensal deverá conter a descrição dos serviços executados e aceitos no mês de referência, relação de orçamentos e Solicitações de Serviços aprovados pela CONTRATANTE, os valores a serem deduzidos relativos ao custo do combustível necessário aos translados das AERONAVES, os gastos com frete e seguro nas subcontratações, os gastos com transporte da equipe técnica da CONTRATADA e o índice de disponibilidade das aeronaves para voo, informando, inclusive, se a indisponibilidade advir do descumprimento de prazos de entrega de material por parte da CONTRATANTE ou serviços contratados para manutenção preventiva, corretiva e curativa dos motores das aeronaves objeto desta contratação.

8.1.6. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar à CONTRATADA os valores correspondentes a multas contratuais e ajustes por descumprimento do ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS.

8.1.7. A tabela abaixo discrimina o ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS para o período inicial de 12 meses, a partir da publicação do extrato do CONTRATO no Diário Oficial da União, em caso de prorrogação da vigência, serão acrescidos 0.5 (cinco décimos), uma única vez, nos limites máximos e mínimos de cada faixa de ajuste, permanecendo válidos todos os demais critérios e parâmetros de ajuste no pagamento do SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO OPERACIONAL por descumprimento do ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS (ANEXO IX).

Indicador dos dois grupos da licitação	
ÍNDICE TRIMESTRAL DE DISPONIBILIDADE DE VOO DAS AERONAVES	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o maior índice de disponibilidade possível das AERONAVES, sem comprometimento da segurança de voo.
Meta a cumprir	Índice de disponibilidade maior ou igual a 75% (setenta e cinco por cento).
Instrumento de medição	Planilha de acompanhamento da disponibilidade das AERONAVES.
Forma de acompanhamento	O fiscal de contrato fará a verificação diária da disponibilidade de cada aeronave.
Periodicidade	Mensal, avaliando os últimos três meses
Mecanismo de Cálculo	N° de dias disponibilidade no trimestre / Número de dias do trimestre = X
Início de Vigência	Data de publicação do extrato do contrato no DOU.
Faixas de ajuste no pagamento	<ul style="list-style-type: none"> Se X maior que 0.75 → 100% do valor do APOIO OPERACIONAL da AERONAVE, para o mês seguinte ao do cálculo. X de 0.70 a 0,75 → 95% do valor do APOIO OPERACIONAL da AERONAVE, para o mês seguinte ao do cálculo. X de 0,65 a 0,70 → 90% do valor do APOIO OPERACIONAL da AERONAVE, para o mês seguinte ao do cálculo. X de 0,60 a 0,65 ou menor do que 0,60 → 85% do valor do APOIO OPERACIONAL da AERONAVE, para o mês seguinte ao do cálculo.
Observações	Admite-se justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou alheios ao controle da CONTRATADA. (cf. art. 33, § 1º, da IN nº 02/2008-SLTI/MPOG).

8.1.8. A qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será aferida pelo tempo de disponibilidade para voo de cada aeronave relacionada no Anexo IV.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. O fornecimento de peças e componentes constantes na *price list* do fabricante será executado pela CONTRATANTE.

9.1.2. Os itens não descritos na *price list*, bem como aqueles não abrangidos pelo objeto do contrato de fornecimento de peças que necessitem de instalação e/ou reposição, serão fornecidos pela CONTRATADA;

9.1.3. A exceção dos itens CONSUMÍVEIS (tratados no item 6.1.2 do ANEXO I), haverá a possibilidade excepcional de aquisição pela CONTRATADA de COMPONENTES DESCARTÁVEIS, itens de aplicação para o funcionamento das AERONAVES tais como óleos lubrificantes e óleo de preservação de itens aeronáuticos, desde que sejam compatíveis com o manual da aeronave e especificações do fabricante;

9.1.4. O FORNECIMENTO EVENTUAL DE COMPONENTES DESCARTÁVEIS de aplicação nas AERONAVES e OLÉOS/FLUIDOS (desde que não fornecidos pela CONTRATANTE) deverão ser solicitados previamente pela CONTRATADA com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias, comprovada a ciência da CONTRATANTE no prazo supracitado e havendo a possibilidade de indisponibilidade da(s) aeronave(s) poderá ser realizada a AQUISIÇÃO EVENTUAL de MATERIAL pela CONTRATADA após a propositura de aquisição frente ao CONTRATANTE com o valor (COTAÇÃO) e prazo de entrega para aprovação deste. Estima-se o gasto máximo de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco mil Reais), o equivalente ao valor mais recente de quatro caixas de óleo (cada caixa com 24 latas do óleo MOBIL 254) para cada aeronave, a ser utilizada nas Caixas de Transmissões Principal (CTP) das cinco aeronaves no decorrer de 12 meses;

9.2. Todas as peças e componentes serão originais ou recomendadas pelo fabricante da aeronave;

9.3. O envio das peças e componentes aqui tratados, no caso de inspeções programadas ocorridas fora da base, deverão ser requeridas pela CONTRATADA, arcando esta com o custo logístico do transporte;

9.4. O envio das peças e componentes aqui tratados, no caso de tratamento de discrepância(s) constatada(s) fora da base, deverão ser requeridas pela CONTRATADA, arcando inicialmente esta com o custo logístico do transporte, o qual será ressarcido pelo CONTRATANTE;

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A composição de custos para o SERVIÇO DE MANUTENÇÃO AERONÁUTICA será baseada no histórico das horas voadas e no gasto com manutenção das aeronaves descritas na Cláusula Primeira, item 1.2, deste Termo de Referência, no período de fevereiro de 2012 a janeiro de 2018. Os custos com o SERVIÇO DE MANUTENÇÃO AERONÁUTICA compreendem:

10.1.1. CUSTO FIXO MENSAL: É o valor a ser pago mensalmente à CONTRATADA pela prestação dos serviços de APOIO TÉCNICO OPERACIONAL e do CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO, a serem faturados separadamente, descritos na Cláusula Primeira e Segunda do Anexo III deste Termo de Referência. No valor do Custo Fixo Mensal deverão estar incluídos todos os valores dos tributos, encargos decorrentes da execução dos serviços e a previsão de todas as inspeções previstas de motor e célula que ocorrerão na vigência do CONTRATO.

10.1.1.1. Para compor a estimativa do valor do CUSTO FIXO MENSAL, será utilizada como base de cálculo a média de horas de voo de 300 (trezentas) horas/ano por aeronave.

10.1.2. CUSTO VARIÁVEL: É o valor a ser provisionado para pagamento de manutenções passíveis de acontecer, mas que devido a seu caráter eventual, não são suportados pelo custo fixo mensal. Os custos variáveis abarcam os:

10.1.2.1. SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO são os serviços prestados de forma eventual diretamente pela CONTRATADA, medidos na forma do Homem-Hora trabalhado, os quais serão objeto de disputa no certame. Estima-se a quantidade de 800 (oitocentos) homem-hora anualmente por grupo.

10.1.2.2. SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES SUBCONTRATADOS são os serviços dos quais a CONTRATADA não possa executar diretamente, por lhe faltar específica homologação da ANAC para tanto, ou ainda, a locação de COMPONENTE aeronáutico. Este valor NÃO SERÁ objeto de disputa no certame licitatório e está estimado em R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para as cinco aeronaves, apenas para fins de composição do valor global do CONTRATO.

10.1.2.3. RESSARCIMENTO PELAS DESPESAS COM TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DO MECÂNICO, referente aos serviços de MANUTENÇÃO DE CAMPO fora da base Brasília. As despesas foram estimadas em 20 (vinte) dias e dois bilhetes de ida e volta por mês, por mecânico da CONTRATADA. Foram considerados, apenas para fins de estimativa e inclusão orçamentária, a diária de R\$ 200,00 (Duzentos reais) para hospedagem e o valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para os bilhetes de ida e volta por mês. Estimou-se, assim, o valor de R\$ 330.000,00 (Trezentos e Trinta mil reais), para o ressarcimento com despesas de transporte e hospedagem dos mecânicos da CONTRATADA.

10.1.2.4. Sendo ofertado o transporte do mecânico pela CONTRATANTE, em uma de suas aeronaves da frota (Asa Fixa ou Rotativa) para demanda fora da Base de Brasília (manutenção de campo), poderá a CONTRATADA negar o referido transporte não fazendo juz, entretanto, aos valores de RESSARCIMENTO PELAS DESPESAS COM TRANSPORTE previstos no item anterior.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;

11.12. Anotar as alterações relacionadas com a segurança de voo fazendo as recomendações pertinentes e propondo à CONTRATADA prazo para regularizá-las;

11.13. Efetuar diligência nas dependências da oficina da licitante vencedora do certame para verificar se a mesma está devidamente homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e tecnicamente habilitada para executar os referidos serviços de manutenção aeronáutica e constatar se os técnicos indicados para executar os referidos serviços possuem as devidas habilitações, conforme exigido na Item 7 deste Termo de Referência;

11.14. Permitir acesso de funcionários da CONTRATADA, devidamente credenciados, às dependências da CAOP/DIREX/PF, a dados e informações necessários ao desempenho das atividades previstas;

11.15. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao serviço que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

11.16. Solicitar formalmente a execução de serviços específicos não abrangidos pelo APOIO TÉCNICO OPERACIONAL, conforme modelo do Anexo V deste Termo de Referência;

11.17. Fornecer os COMPONENTES necessários aos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AERONÁUTICA, com exceção dos COMPONENTES a serem locados ou reparados;

11.18. Informar à CONTRATADA, com uma semana de antecedência, quando possível, os serviços não contemplados pelo APOIO TÉCNICO OPERACIONAL que deverão ser executados na próxima inspeção e a data provável da realização desta;

11.19. Disponibilizar local para guardar ferramentais e demais bens a serem utilizados na execução do objeto desta contratação, pertencentes à CONTRATADA, e, havendo espaço físico específico, acomodar os profissionais responsáveis pela execução dos serviços no Hangar da CONTRATANTE, caso aquela não disponha de dependências próprias em Brasília/DF, sendo de responsabilidade da CONTRATADA as devidas homologações pertinentes;

11.20. Não contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Federal para a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

12.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

12.9. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

12.10. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

12.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;

12.23. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006

12.24. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

12.25. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

12.26. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

12.27. Informar à CONTRATANTE, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, a DATA LIMITE e o WORKSCOPE relativo a qualquer SERVIÇO DE MANUTENÇÃO AERONÁUTICA que envolva tempo maior que três (3) dias para a sua execução e que torne indisponíveis as AERONAVES.

12.28. Informar à CONTRATANTE, 60 (sessenta) dias antes, a relação de todas as peças, materiais e equipamentos, incluindo os Itens de Troca Sistemática, que serão necessários para a execução de qualquer SERVIÇO PROGRAMADO DE MANUTENÇÃO.

12.29. Garantir, na execução dos serviços, a utilização somente de COMPONENTES genuínos e equipamentos indicados pelo fabricante da aeronave;

12.30. Refazer os serviços ou substituir os COMPONENTES considerados inadequados pela CONTRATANTE, desde que tecnicamente justificado;

12.31. Cobrar os serviços conforme orçamento aprovado seguindo as demais condições descritas;

12.32. Informar previamente qualquer alteração no quadro técnico de funcionários. A troca ou substituição de qualquer técnico acarretará obrigatoriamente a necessidade de comunicação prévia ao Fiscal do Contrato e apresentação de documentação comprobatória da capacitação técnica e de treinamento do novo técnico que executará os serviços previstos neste Termo de Referência, cumprindo o disposto na referida cláusula;

12.33. Refazer em igual prazo de execução, contado a partir da comunicação, os serviços que forem rejeitados tecnicamente pela CONTRATANTE;

12.34. Permanecer durante toda a vigência do Contrato com o seu Manual de Gerenciamento de Segurança Operacional (MGSO) aprovado e em consonância com as normas referentes à prevenção de acidentes aeronáuticos e segurança de voo, conforme prevê a Resolução Nº106 da ANAC, de 30 de junho de 2009;

12.35. Receber a Auditoria de Segurança Operacional, em sua oficina, a ser realizada pela CONTRATANTE, para verificar a validade de seu MGSO;

12.36. Garantir pronto atendimento às aeronaves descritas a serem mantidas, devendo o mecânico que compõe a equipe técnica de apoio operacional prestar os serviços prioritariamente à CONTRATANTE;

12.37. Substituir, quando solicitado por escrito e tecnicamente justificado pela CONTRATANTE, qualquer profissional que estiver prestando o serviço objeto deste Termo de Referência, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto até o percentual máximo de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

13.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

13.1.2. - Em relação ao item 6, todo o seu objeto poderá ser subcontratado em decorrência da exigência da ANP (Agência Nacional de Petróleo) que autoriza apenas fornecedores específicos a comercialização de óleos e lubrificantes, que não corresponde com as autorizações das empresas prestadoras de serviços, viabilizando o bom andamento dos procedimentos de manutenção;

13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13.4. Será permitida subcontratação de terceiros para prestação de serviços especializados que a CONTRATADA não possa executar, por lhe faltar específica homologação da ANAC para tanto;

13.5. A subcontratação poderá abranger, nos limites do item abaixo, o envio e coleta de peças e componentes que necessitem passar por serviços eventuais de manutenção;

13.6. A CONTRATANTE decidirá acerca da autorização para subcontratação de terceiros com base, prioritariamente, em critério de maior economicidade para o erário.

13.7. A CONTRATANTE recusará orçamentos em que forem verificados valores incompatíveis com os praticados pelo mercado.

13.8. Os custos referentes ao transporte e seguro dos COMPONENTES que a CONTRATADA terá de suportar para realizar o serviço por meio de subcontratação serão repassados à CONTRATANTE e constarão da fatura dos serviços, que também deverá trazer anexo com os comprovantes das referidas despesas.

13.9. Visando o reparo das aeronaves descritas neste Termo de Referência que estejam impossibilitadas para o voo, impossibilitado o traslado a sede ou local diverso especificado pela CONTRATANTE, fica a CONTRATADA autorizada a subcontratação de transporte especializado, respeitado os procedimentos descritos nesta cláusula.

13.10. Para faturamento dos serviços subcontratados, caso estes sejam realizados por empresa estrangeira, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

13.11. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a CONTRATADA tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, a taxa de câmbio constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto [ao final deste Termo de Referência](#), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A conformidade das peças aeronáuticas a serem utilizadas na execução dos serviços deverá ser verificada pela CONTRATADA, em aspectos inerentes à marca, qualidade e forma de uso, materiais esses a serem fornecidos pela CONTRATANTE.

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, seguindo a rotina abaixo discriminada:

16.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer o Relatório de Discrepâncias, com o respectivo orçamento, para realização do serviço de manutenção corretiva, a partir da análise do mecânico da MANUTENÇÃO DE CAMPO.

16.1.2. O SMAN/CAOP terá prazo máximo contratual de **05 (cinco) dias úteis** a contar do recebimento para emitir parecer técnico aprovando ou rejeitando o orçamento apresentado pela CONTRATADA.

16.1.3. A CONTRATADA terá prazo máximo contratual de **04 (quatro) dias corridos**, a contar do recebimento da solicitação do SMAN/CAOP, para apresentar no local situado no Território Nacional onde a aeronave estiver, pessoal e equipamentos adequados à intervenção de manutenção exigida, desde que previamente autorizadas pela ANAC, ou justificar a impossibilidade de cumprimento do prazo acima

16.2. No prazo de até 05 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.3.1.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. O prazo de validade;

17.4.2. A data da emissão;

17.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. O período de prestação dos serviços;

17.4.5. O valor a pagar; e

17.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. Não produziu os resultados acordados;

17.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6 / 100) / 365 \quad I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

19.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.4.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.4.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **30(trinta) dias úteis**, contados da data em que for notificada.

19.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.12. Será considerada extinta a garantia:

19.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5. Cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. Multa de:

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem **20.1** deste Termo de Referência.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.2, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

--	--

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo CONTRATADO serão:

21.3.1. Possuir capacidade técnica operacional, devendo, para tanto:

21.3.1.1 Apresentar registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da região a que estiver vinculada, para os serviços propostos de manutenção aeronáutica;

21.3.1.2 Possuir em seu quadro permanente de empregados uma equipe mínima de técnicos, os quais prestarão os serviços descritos na Cláusula Primeira deste Termo de Referência, composta de:

- a. 01 Responsável Técnico que deve possuir título – seja técnico industrial, técnico de nível superior (tecnólogo) ou engenheiro – e atribuição profissional coerentes com a atividade desempenhada, regularmente registrado pelo CREA da região da organização de manutenção à qual está vinculado, cadastrado na ANAC, nos termos do APÊNDICE A-I DO RBAC 145 ;
- b. 01 (um) Inspetor de Manutenção Aeronáutica, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido nos grupos moto propulsor (GMP), célula (CEL) e com curso de motor e célula nos modelos de helicópteros cuja manutenção executará;
- c. 01 (um) Inspetor de Manutenção Aeronáutica, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido no grupo aviônicos (AVI) e que seja portador de certificado de frequência em curso de manutenção do sistema elétrico dos modelos de helicópteros cuja manutenção executará;
- d. 01 (um) Técnico de Manutenção Aeronáutica habilitado pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, com especialidade em aviônicos e portador de certificado de frequência em curso de manutenção de aviônicos dos modelos de helicópteros cuja manutenção executará; e
- e. 05 (cinco) Mecânicos de Manutenção Aeronáutica, **UM PARA CADA AERONAVE**, habilitado pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido nos grupos moto propulsor (GMP), célula (CEL), cada qual com seu respectivo curso de motor e célula no modelo de helicóptero que executará a manutenção.

21.3.2 A comprovação empregatícia, do item acima, far-se-á por meio de cópia autenticada da carteira profissional ou contrato de trabalho devidamente registrados.

21.3.3 Apresentar certificação referente às Especificações Operativas da Organização de Manutenção para manutenção nas aeronaves objeto deste Termo de Referência, fornecido pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com o RBAC Nº 145.

21.3.4 QUESITOS MÍNIMOS PARA HABILITAÇÃO DO ITEM ANTERIOR : Categorias/Classes: Célula 3 (Aeronaves fabricadas em estrutura metálica, com peso máximo de decolagem aprovado até 12500 lbf (5670 kgf) no caso de aviões ou 6018 lbf (2730 kgf) no caso de helicópteros.) , **Célula 4** (Aeronaves fabricadas em estrutura metálica, com peso máximo de decolagem aprovado acima de 12500 lbf (5670 kgf) no caso de aviões ou 6018 lbf (2730 kgf) no caso de helicópteros) , **Motor 3** (Motores a turbina) .

21.3.5 Apresentar declaração emitida pelo CAOP/DIREX/PF, de que vistoriou os helicópteros descritos na **Cláusula 1** deste Termo de Referência e seus documentos de registro e controle ou **apresentar declaração de que se responsabiliza pelo conhecimento das aeronaves e pela não realização da vistoria.**

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1. Valor Global: **R\$ 6.485.376,00** (seis milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil trezentos e setenta e seis reais).

21.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

23.1. A dotação orçamentária a ser aplicada à contratação pretendida terá como origem a COAD/DLOG/PF (UASG 200334)

24. DO LOCAL PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

24.1. A CONTRATADA deve considerar a cidade de Brasília/DF como a principal Base de Operações do Comando de Aviação Operacional da Diretoria Executiva do Departamento de Polícia Federal – CAOP/DIREX/PF;

24.2 No entanto, a CONTRATADA poderá cumprir as inspeções mandatórias de até 150 (cento e cinquenta) horas e efetuar correções de discrepâncias dos helicópteros tanto em Brasília/DF como em qualquer outra parte do Território Nacional, e eventualmente até em países da América do Sul, quando assim for solicitado pela CONTRATANTE e desde que previamente autorizado pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e pelas demais autoridades competentes no local em que o serviço tiver de ser executado.

24.3 A CONTRATANTE providenciará hangar ou local apropriado para a aeronave que necessitar de manutenção fora da oficina da CONTRATADA e comunicará formalmente a esta o lugar onde ela deverá realizar os serviços, apresentando a autorização do representante legal ou proprietário do local disponibilizado.

24.4 Somente nas dependências da oficina da CONTRATADA poderão ser cumpridas inspeções de 600 (seiscentas) horas e outras intervenções de manutenção de maior complexidade cuja execução não seja tecnicamente recomendável executar fora da sede da empresa de manutenção pelas suas peculiaridades.

25. DAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

25.1. A Empresa deverá observar o disposto no art. 6º da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG, referente à sustentabilidade ambiental.

25.2 O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela contratante ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 É expressamente proibida a participação de qualquer técnico da CONTRATADA como tripulante em aeronave que estiver engajada em voo de operação policial, salvo em voos de traslado, conforme previsto no item 1.1.2 (Anexo III), devidamente autorizado pelo Chefe do Serviço de Manutenção de Aeronaves SMAN/CAOP, e em voos de verificação de componentes e/ou sistemas que requeiram a presença do técnico que executou pessoalmente os serviços de manutenção.

23 ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA

23.1 Fazem parte do presente Termo de Referência os seguintes documentos:

- ANEXO I - DEFINIÇÃO DE EXPRESSÕES EMPREGADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO II – JUSTIFICATIVAS DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.
- ANEXO III – CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.
- ANEXO IV – PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS PARA A MANUTENÇÃO DE HELICÓPTEROS.
- ANEXO V – MODELO DE FORMULÁRIO UTILIZADO PELO SMAN PARA SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS/MATERIAL.
- ANEXO VI – MODELO DE FORMULÁRIO DE ORÇAMENTO DE SERVIÇOS QUE A CONTRATADA DEVERÁ UTILIZAR.
- ANEXO VII - FLUXOGRAMA DE TRÂMITE DA DOCUMENTAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS/PEÇAS.
- ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA.

Brasília/DF, 25 DE MARÇO DE 2019.

Integrantes Técnicos e Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação:

CARLOS EDUARDO HESSEL DE PAULA
Agente de Polícia Federal
Matrícula 14.119

Conferido por:

JACKSON RIMAC ROSALES ALLANIC
Delegado de Polícia Federal

Aprovo o presente Termo de Referência, e seu conjunto anexo, por ter sido constatada a observância, pelos membros da equipe de planejamento da contratação, e pela autoridade requisitante, todas as cautelas necessárias à consecução da celebração de termo vantajoso à Administração Pública.

CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DE SOUSA
Delegado de Polícia Federal
Diretor-Executivo

ANEXO I

DEFINIÇÃO DE EXPRESSÕES EMPREGADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA

- AERONAVES significa os helicópteros Esquilo fabricados pela Eurocopter (1) modelo AS 350 B2, número de série AS2794, de marcas de nacionalidade e matrícula PT-HZH, equipado com 1 (um) motor Turbomeca modelo Arriel 1D1, número de série 19171, EM PROCESSO DE AQUISIÇÃO EM PREGÃO APARTADO (“Aeronave PT-HZH”); (2) modelo AS 350 B2, número de série 3556, de marcas de nacionalidade e matrícula PR-HFA, equipado com 1 (um) motor Turbomeca modelo Arriel 1D1, número de série 9805 (“Aeronave PR-HFA”); (3) modelo AS 350 B2, número de série 7477, de marcas de nacionalidade e matrícula PR-LEE, equipado com 1 (um) motor Turbomeca modelo Arriel 1D1, número de série 19499 (“Aeronave PR-LEE”); (4) modelo AS 355 N, número de série 5704, de marcas de nacionalidade e matrícula PR-HFC, equipado com 2 (dois) motores Turbomeca modelo Arrius 1A, números de série 2319 e 2172 (“Aeronave PR-HFC”) e (5) modelo AS 355 N, número de série 5707, de marcas de nacionalidade e matrícula PR-HFD, equipado com 2 (dois) motores Turbomeca modelo Arrius 1A, números de série 2255 e 2379 (“Aeronave PR-HFD”).
- ANAC é Agência Nacional de Aviação Civil.
- AOG significa Aircraft on Ground, a designação utilizada para indicar que as AERONAVES não estão aptas a voar em razão de alguma pendência de ordem legal (por exemplo, falta de seguro aeronáutico obrigatório válido e em vigor) ou até que as manutenções técnicas cabíveis sejam realizadas para mantê-las em operação normal de voo, no estado de segurança exigido pela AUTORIDADE AERONÁUTICA. Para efeito deste TERMO DE REFERÊNCIA, serão consideradas AOG as situações em que as AERONAVES apresentarem problemas com COMPONENTES “NO GO” ou “GO IF”.
- APOIO TÉCNICO OPERACIONAL é o conjunto de atividades suportadas pelo CUSTO MENSAL FIXO e que deverão ser prestadas pela CONTRATADA visando à manutenção da CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE das AERONAVES, abrangendo a MANUTENÇÃO DE CAMPO e os SERVIÇOS PROGRAMADOS DE MANUTENÇÃO, todos descritos no ANEXO III deste Termo de Referência.
- AUTORIDADE AERONÁUTICA é a Autoridade da Aviação Civil (ANAC ou CTA) no Brasil responsável pela administração da aviação civil.
- BOLETIM DE SERVIÇO é o documento emitido pelo FABRICANTE criando, cancelando ou modificando procedimentos de manutenção e/ou operação das AERONAVES. No tocante à sua implementação, um BOLETIM DE SERVIÇO pode ser de caráter opcional, recomendado ou obrigatório.
- CAOP é o Comando de Aviação Operacional da DIREX/PF.
- CENTRO DE SERVIÇOS é a oficina de manutenção ou outra instalação física da CONTRATADA, homologada pela AUTORIDADE AERONÁUTICA de acordo com as normas aeronáuticas vigentes, detentora de um CHE válido e equipada com todo ferramental necessário, onde serão realizados SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO preventiva e corretiva nas AERONAVES e seus COMPONENTES que, por sua natureza, complexidade, necessidade de equipamentos especiais ou ainda por determinação da AUTORIDADE AERONÁUTICA, não puderem ser efetuados pelo técnico responsável pela MANUTENÇÃO DE CAMPO.
- CHE significa Certificado de Homologação de Empresa. O CHE é emitido pela ANAC e atesta a homologação da empresa segundo o RBHA 145, definindo os padrões e classes nos quais ela está homologada para prestar serviços de manutenção aeronáutica.
- COAD é a Coordenação de Administração da DLOG/PF.
- COMPONENTE é toda e qualquer peça, combinação de peças, subjunção ou unidades, inclusive de motores, que exercem uma função distinta, necessária para a operação de um ou mais sistemas das AERONAVES e para os quais existe procedimento de reparo economicamente viável. Todo COMPONENTE a ser utilizado neste programa deverá possuir a DOCUMENTAÇÃO aplicável.
- COMPONENTE EM CONDIÇÃO DE USO é o COMPONENTE, novo ou usado, em condição aeronavegável, pronto para instalação nas AERONAVES.
- COMPONENTE “GO IF” é o COMPONENTE especificado na MEL com restrições e condições a serem atendidas para o despacho das AERONAVES.
- COMPONENTE “NO GO” é o COMPONENTE especificado na MEL como essencial para a AERONAVEGABILIDADE e operações regulares das AERONAVES e que, quando inoperante, torna inaceitável o nível segurança de voo. A falha em um COMPONENTE “NO GO” faz com que as AERONAVES fiquem sem condições para trafegar e, portanto não disponível para despacho, salvo mediante autorização especial da AUTORIDADE AERONÁUTICA, quando tecnicamente possível.
- COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO é um COMPONENTE que se tornou sem condição de uso ou que precisa ser retirado das AERONAVES para conserto, revisão ou descarte, dependendo do caso.
- CONAMA é o Conselho Nacional do Meio Ambiente.

• **CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE (AERONAVEGABILIDADE)** é o estado obrigatório de segurança exigido pela AUTORIDADE AERONÁUTICA para manter as AERONAVES em operação normal de voo, exceto se de outra forma especificado neste Termo de Referência.

A responsabilidade da CONTRATADA em manter a CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE das AERONAVES se restringe à prestação dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO e de controle mencionados neste Termo de Referência, de acordo com o escopo dos mesmos.

• **CONSUMÁVEIS** são os itens de consumo, necessários para as atividades da equipe técnica quando da realização dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, tais como graxas, spray de limpa contatos, arames de freio, panos de limpeza e outros mas que não sejam COMPONENTES controlados de aplicação nas AERONAVES nem óleos lubrificantes, .

• **COMPONENTES DESCARTÁVEIS:** itens de aplicação para o funcionamento das AERONAVES tais como óleos lubrificantes e óleo de preservação de itens aeronáuticos, desde que sejam compatíveis com o manual da aeronave e especificações do fabricante.

• **CONTRATADA** é a pessoa jurídica com a qual será celebrado o futuro Contrato de Prestação de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, elaborado com base no presente TERMO DE REFERÊNCIA, observado o devido processo licitatório.

• **CONTRATANTE** é a Polícia Federal, cuja sede está situada no SAS Quadra 6, Lotes 9/10, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 00.394.494/0014-50, Brasília – DF, CEP 70037-900;

• **CONTRATO** significa o contrato administrativo a ser firmado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA após o processo licitatório, cujo teor constará da minuta anexada ao edital do certame.

• **CTM** significa Controle Técnico de Manutenção e engloba as atividades descritas no Termo de Referência.

• **CUSTO MENSAL FIXO** é a contrapartida a ser cobrada mensalmente da CONTRATANTE pela prestação do APOIO TÉCNICO OPERACIONAL e do CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO, cujos serviços estão descritos no ANEXO III do Termo de Referência.

• **DATA LIMITE** significa a data limite, a ser definida e informada pela CONTRATADA, para início da execução de um determinado WORKSCOPE nas AERONAVES, seja ele em virtude do cumprimento do PLANO DE MANUTENÇÃO das AERONAVES, seja em razão do vencimento de uma tarefa de MANUTENÇÃO PROGRAMADA ou de uma tarefa de MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA (prevista nas PUBLICAÇÕES TÉCNICAS emitidas pelo FABRICANTE). Se, por falha de procedimento da CONTRATADA ocorrer o vencimento de qualquer manutenção que somente possa ser realizada no CENTRO DE SERVIÇOS, a CONTRATADA deverá assessorar a CONTRATANTE para obter uma autorização especial de traslado junto à ANAC, bem como realizar tarefas eventualmente necessárias para que o referido traslado seja realizado em segurança.

• **DESCARTÁVEIS** são os itens irrecuperáveis ou que não são passíveis de reparo.

• **DIRETRIZ DE AERONAVEGABILIDADE (“DA” ou “AD”)** é a publicação da AUTORIDADE AERONÁUTICA que notifica os proprietários ou operadores de aeronaves, bem como autoridades de homologação estrangeiras e outras pessoas interessadas, sobre de condições inseguras que existem ou podem se desenvolver em um determinado tipo de aeronave, bem como descreve e impõe as ações corretivas cabíveis para permitir a continuação da operação daquela aeronave.

• **DIREX** é a Diretoria Executiva da PF.

• **DLOG** é a Diretoria de Administração e Logística Policial da PF.

• **DOCUMENTAÇÃO** é todo e qualquer documento exigido pelo FABRICANTE ou pela AUTORIDADE AERONÁUTICA para operação e manutenção das AERONAVES e/ou COMPONENTE, incluindo etiqueta de utilização de COMPONENTES, formulário SEGVÃO 003, certificado de conformidade, documentos pertencentes aos sistemas principais das AERONAVES, certificado de aeronavegabilidade, certificado de registro, registro de manutenção incorporados no “logbook” das AERONAVES e nos “logbooks” de seus motores e as etiquetas associadas aos COMPONENTES, indicando a idade das AERONAVES e dos COMPONENTES, bem como histórico de dados de tempo decorrido e o histórico de dados ou peças com tempo de reparo atingido, sempre que aplicável.

• **DOU** é Diário Oficial da União.

• **PF** é a Polícia Federal.

• **ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE** significa o hangar da CONTRATANTE localizada no aeroporto internacional de Brasília setor de hangares da aviação geral, lotes 13/14, Brasília, DF, CEP 71608-030.

• **FABRICANTE** significa o fabricante das AERONAVES, que para efeito deste TERMO DE REFERÊNCIA, é a EUROCOPTER.

• **FORNECEDOR** é o fabricante ou o fornecedor de COMPONENTES aplicáveis aos serviços descritos neste Termo De Referência.

• **HORA DE VOO (FH)** é cada hora ou o tempo decorrente entre o momento em que os esquis das AERONAVES saem do solo na decolagem até o momento em que os esquis tocarem novamente o solo na aterrissagem de qualquer voo realizado pelas AERONAVES.

• **IAM** significa a inspeção anual de manutenção das AERONAVES.

• **INCIDENTE AERONÁUTICO** é toda ocorrência, inclusive de tráfego aéreo, associada à operação das AERONAVES, que não chegue a caracterizar como um acidente, mas que afete ou possa afetar a segurança da operação.

• **INSPEÇÃO HORÁRIA** é a intervenção de MANUTENÇÃO PROGRAMADA que ocorre em intervalos calculados com base no número de HORAS DE VOO e/ou de CICLOS DE VOO.

• **INSPEÇÃO CALENDÁRICA** é a intervenção de MANUTENÇÃO PROGRAMADA que ocorre em intervalos calculados com base na data de fabricação da aeronave ou COMPONENTE ou no tempo decorrido desde a última INSPEÇÃO CALENDÁRICA.

• **MANUAL DE MANUTENÇÃO** é a publicação técnica desenvolvida e publicada pelo FABRICANTE que contém as técnicas, os procedimentos e as recomendações de como executar as tarefas de manutenção das AERONAVES.

• **MANUTENÇÃO DE CAMPO** são os serviços de manutenção preventiva e corretiva, programados ou não programados, que em razão de sua menor complexidade podem ser prestados pela equipe de técnicos descrita no item “e”, Cláusula Sexta, do Termo de Referência e que poderão, portanto, ser realizados fora do CENTRO DE SERVIÇOS, respeitando-se os limites impostos pela AUTORIDADE AERONÁUTICA.

• **MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA** significa a manutenção que não tem intervalos definidos e é realizada para correção de uma falha evidente, suspeita de mau funcionamento e/ou de um defeito nas

AERONAVES ou em um de seus sistemas ou COMPONENTES, de acordo com as PUBLICAÇÕES TÉCNICAS ou quaisquer manuais de reparo emitidos pelo FABRICANTE das AERONAVES ou de um de seus sistemas. As atividades de MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA a serem realizadas pela CONTRATADA limitar-se-ão às atividades que a

CONTRATADA está homologada a realizar de acordo com seu Certificado de Homologação de Empresa (“CHE”). A CONTRATADA poderá, caso não esteja homologada para execução, subcontratar uma atividade de MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA, de acordo com as condições descritas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

• **MANUTENÇÃO PROGRAMADA** significa a manutenção realizada em

Intervalos definidos para manutenção das AERONAVES segundo recomendações do FABRICANTE, através de inspeção sistemática, detecção e substituição ou reparo de COMPONENTES ou itens CONSUMÍVEIS ou DESCARTÁVEIS, ajuste, calibração, e quaisquer tarefas recomendadas segundo as PUBLICAÇÕES TÉCNICAS emitidas pelo FABRICANTE das AERONAVES, incluindo, para fins deste TERMO DE REFERÊNCIA, a realização das IAMS.

• MEL significa MinimumEquipmentList, lista baseada na MMEL e validada pela AUTORIDADE AERONÁUTICA para a CONTRATANTE indicando itens e equipamentos que deverão estar operantes para realização de voo sob condições específicas. Para esclarecimento, em caso de divergência entre a MEL e a MMEL, prevalecerá a primeira.

• MMEL (“Master MinimumEquipmentList”) é a Lista Geral de Equipamento Mínimo para as AERONAVES, isto é, é uma lista elaborada pelo próprio fabricante das AERONAVES.

• OFICINA TERCEIRIZADA: significa a oficina aeronáutica, homologada e certificada pela AUTORIDADE AERONÁUTICA para executar serviços que a CONTRATADA possa subcontratar.

• OFÍCIO significa o documento a ser emitido pela CONTRATANTE para circulação com qualquer COMPONENTE que for enviado pela CONTRATANTE à CONTRATADA para os fins execução desse CONTRATO.

• OPERADOR é a própria CONTRATANTE ou outro que ela venha a especificar, responsável pela operação das AERONAVES.

• PARTES são a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

• PLANO DE MANUTENÇÃO DAS AERONAVES é o plano de manutenção das AERONAVES definido pelo FABRICANTE com as revisões aplicáveis que mencionam as tarefas e intervalos definidos para a manutenção das AERONAVES para se alcançar as CONDIÇÕES DE AERONAVEGABILIDADE.

• RBAC é Regulamento Brasileiro de Aviação Civil.

• RBHA é Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica.

• REPRESENTANTES DA CONTRATADA são os mecânicos de manutenção aeronáutica empregados pela CONTRATADA no APOIO TÉCNICO OPERACIONAL, detentores dos certificados de habilitação de célula e do grupo moto-propulsor e qualificados pela CONTRATADA como inspetores de manutenção para poder autorizar o retorno das AERONAVES ao serviço, após o cumprimento de inspeções de até 100

(cem) horas de voo previstas no PLANO DE MANUTENÇÃO DAS AERONAVES, de acordo com o previsto no item 43.7(i)(B) do RBHA 43.

• SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO são os serviços necessários à manutenção das AERONAVES, que, pelo seu caráter eventual, não devem ser incluídos no CUSTO MENSAL FIXO, podendo ser divididos em: Serviços Eventuais de Manutenção, a serem prestados diretamente pela CONTRATADA, e Serviços Eventuais de Manutenção e Locação de Peças e Componentes, a serem subcontratados.

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO são as inspeções, pesquisa de pane, revisão, reparo, os trabalhos gerais de manutenção programada e não programada que devem ser executados ou providenciados pela CONTRATADA nas AERONAVES e em seus COMPONENTES, conforme o PLANO DE MANUTENÇÃO DAS AERONAVES. Os SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO compreendem os serviços relacionados ao CUSTO MENSAL FIXO, delimitados no capítulo DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, e os relacionados aos EVENTOS, a serem contratados POR EVENTO.

• SERVIÇOS PROGRAMADOS DE MANUTENÇÃO compreendem todos os serviços programados de motor e célula, exceto as inspeções de: 2500 horas do motor ARRIUS 1A e 3600 horas do motor ARRIEL 1D1.

Compreendem: i) INSPEÇÕES HORÁRIAS DE CÉLULA E MOTOR: são todas as Inspeções constantes nos Manuais de Manutenção de Célula das aeronaves AS350B2 e AS355N e dos Motores ARRIUS 1A e ARRIEL 1D1. ii) INSPEÇÕES CALENDÁRICAS DE CÉLULA E MOTOR: são todas as inspeções constantes nos Manuais de Manutenção de

Célula das aeronaves AS350B2 e AS355N e dos Motores ARRIUS 1A e ARRIEL 1D1. iii) INSPEÇÃO ANUAL DE MANUTENÇÃO - IAM: é a inspeção anual obrigatória que está prevista na seção 91.409 do RBHA

91. iv) REMOÇÃO E INSTALAÇÃO DE COMPONENTES DE VIDA ÚTIL CONTROLADA: é o serviço necessário para se efetuar as revisões obrigatórias nos componentes da aeronave.

• SLL (“Service Limit Life”) é o tempo limite de serviço de todo COMPONENTE que possui tempo de vida útil limitado e que deve ser removido no tempo correto ou antes de atingir o tempo especificado.

• SLTI/MPOG é a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

• SUBCONTRATAÇÃO é a contratação de outras pessoas ou empresas pela CONTRATADA para atendimento a pontos específicos deste TERMO DE REFERÊNCIA, dentro dos limites estabelecidos pela CONTRATANTE.

• TBO (“Time BetweenOverhaul”) é o número de HORAS DE VOO que podem ser realizadas por um componente entre cada revisão geral de manutenção.

• TSN (“Time Since New”) é o número de HORAS DE VOO de um COMPONENTE, acumuladas desde a sua fabricação.

• TSO (“Time Since Overhauled”) é o número de HORAS DE VOO de um COMPONENTE desde a sua última revisão geral de manutenção.

• VISTORIA PRÉVIA significa a vistoria das AERONAVES a ser realizada pelas empresas interessadas em participar do certame licitatório para verificação do estado das AERONAVES antes da entrega de suas propostas de preço.

• VISTORIA INICIAL significa a vistoria das AERONAVES a ser realizada

pela CONTRATADA, após assinatura do CONTRATO e antes do início da prestação dos SERVIÇOS, para verificação do estado das AERONAVES.

• WORKSCOPE significa escopo de trabalho, que é a relação dos SERVIÇOS de MANUTENÇÃO apontados pela CONTRATADA como sendo os necessários e/ou obrigatórios para uma determinada parada de MANUTENÇÃO PROGRAMADA ou MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA. A CONTRATADA deverá sempre informar a CONTRATANTE a DATA LIMITE para início de um WORKSCOPE, sendo a CONTRATANTE responsável, sob pena das AERONAVES ficarem não aeronavegáveis, pelo traslado das AERONAVES até o CENTRO de SERVIÇO ou disponibilização da mesma aos técnicos do APOIO TÉCNICO OPERACIONAL da CONTRATANTE até tal DATA LIMITE.

ANEXO II

JUSTIFICATIVAS DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

1. Introdução

A PF tem atualmente cinco helicópteros de pequeno porte do tipo Esquilo, fabricados pela Eurocopter, sendo dois bimotores modelo AS 355 N e três monomotores modelo AS 350 B2. Os dois bimotores (Aeronaves PR-HFC e PR-HFD) e um monomotor (Aeronave PR-HFA) foram adquiridos em 2002 por meio do Projeto Promotec/Pró-Amazônia; o outro monomotor (Aeronave PT-HZH) foi objeto de constrição judicial no bojo da “Operação Ícaro” e teve seu perdimento definitivo decretado em favor da União em 2009 e por fim a aeronave monomotor, PR LEE, obtida judicialmente com perdimento definitivo em 26/02/2019.

Os três helicópteros adquiridos por meio do Projeto Promotec/Pró-Amazônia, quando do início de sua operação pela PF em 2002, receberam manutenção na modalidade de “assistência técnica” prestada, nos termos do Anexo F do Contrato nº 21/98-CCA/DPF, pela SOFREMI - SOCIÉTÉ FRANÇAISE D'EXPORTATION DE MATERIELS, SYSTEMES ET SERVICES DU MINISTERE DE L'INTERIEUR, por intermédio da empresa HELICÓPTEROS DO BRASIL S/A – HELIBRAS. Finda a assistência técnica em 2006, foi realizado certame licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 45/2006-CPL/DICON/COAD/DLOG/DPF (Processo SIAPRO nº 08200.016380/2006-53 SERA/COAD) que resultou na contratação da empresa LÍDER SIGNATURE S/A para realizar a manutenção dos helicópteros PR-HFA, PR-HFC e PR-HFD nos termos do Contrato nº 10/2007-COAD/DLOG/DPF cuja vigência transcorreu no período de 15/02/2007 a 14/02/2012 (a aeronave PT-HZH não foi incluída naquele contrato em razão de ainda não haver sido, na época, incorporada ao patrimônio da PF, seguindo o disposto no Parecer nº 379/2006-AJ/DPF).

Posteriormente, foi celebrado com a empresa LÍDER SIGNATURE S/A o contrato nº 47/2012 para manutenção das aeronaves PR-HFA, PR-HFC, PR-HFD e PT-HZH (esta já definitivamente incorporada ao patrimônio da PF), cuja vigência transcorreu entre 21/12/2012 e 22/12/2017. Por fim, no ano de 2018 foi firmado o contrato vigente até então, 17/2018 que foi aditivado em valores e para inclusão da aeronave PR LEE, o que impede uma nova renovação, prevista legalmente, visto a alteração demasiada do objeto contratado.

2. Da motivação da contratação

O dever de prover a manutenção das AERONAVES decorre de lei. Nesse sentido, dispõem os parágrafos 2º e 3º do art. 70 do Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565/86) que “§ 2º Todo explorador ou operador de aeronave deve executar ou fazer executar a manutenção de aeronaves, motores, hélices e demais componentes, a fim de preservar as condições de segurança do projeto aprovado” e “§ 3º A autoridade aeronáutica cancelará o certificado de aeronavegabilidade se constatar a falta de manutenção”.

Nos termos do parágrafo primeiro do art. 1º do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, que “dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências”, “as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e **manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.**” (Grifos não constam do texto original)

O Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica que trata das “Regras Gerais de Operação para Aeronaves Civis” (RBHA 91) estabelece no item 91.7(a) que “nenhuma pessoa pode operar uma aeronave civil, a menos que ela esteja em condições aeronavegáveis”. E a Subparte “E” do RBHA 91 que trata da manutenção, manutenção preventiva, modificações e reparos, estabelece no item 91.403(a) que “o proprietário ou o operador de uma aeronave é primariamente o responsável pela conservação dessa aeronave em condições aeronavegáveis”.

Para cumprir a legislação aeronáutica e garantir uma operação segura a fim de que as AERONAVES fiquem disponíveis para voo o máximo de tempo possível e assim alcançar o sucesso das missões policiais que demandem o seu emprego, será necessário licitar a contratação de empresa homologada pela ANAC para executar os serviços descritos neste Termo de Referência, haja vista que o CAOP não dispõe de servidores habilitados nem das ferramentas indispensáveis para manter a CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE das AERONAVES.

3. Dos benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação

Com a contratação de empresa especializada em manutenção aeronáutica e homologada pela ANAC, que cumpra com os requisitos estabelecidos nos RBAC e RBHA, pretende-se manter a CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE das AERONAVES para possibilitar seu emprego em diversas ações policiais, tais como:

- Operações de erradicação de cultivos ilícitos;
- Transporte de efetivos e equipamentos durante e após grandes eventos;
- Ações de patrulhamento preventivo, dissuasório e repressivo;
- Resgates e transporte de feridos em casos de acidentes ou desastres;
- Apoio na realização de perícias ambientais e outras;
- Transporte e segurança de dignitários;
- Transporte de presos e escoltas; e

Além do mencionado benefício sob o aspecto utilitário, a contratação também visa a benefícios de cunho patrimonial para a Administração Pública Federal, pois possibilitará a conservação das AERONAVES contra eventual deterioração prematura por falta de manutenção e cuidados técnicos, buscando-se assim evitar o desperdício de recursos públicos investidos na aquisição destes bens de considerável valor econômico.

4. Da conexão entre a contratação e o planejamento estratégico existente:

O planejamento estratégico da Polícia Federal visa a “implementar a cultura de planejamento estratégico, com base em cenários prospectivos e com o auxílio de ferramentas específicas e sistemas de informação, de modo a obter um fluxo contínuo de planejamento, flexível e voltado para o futuro, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.” Em suma, o planejamento estratégico é a primeira de várias ações estratégicas compreendidas no objetivo institucional de “fortalecer a cultura de gestão estratégica” visando “implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades” [1].

A contratação dos serviços descritos neste Termo de Referência mediante o devido processo licitatório que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes e selecione a proposta mais vantajosa para a Administração guarda estreita conexão com o planejamento estratégico da Polícia Federal, particularmente se levarmos em conta o fato de que a manutenção da CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE das AERONAVES é um dos pressupostos para que os referidos helicópteros possam ser operados pelo CAOP de forma segura, eficaz, eficiente e efetiva em proveito de várias atividades desenvolvidas pela PF que demandam esse meio de transporte aeropolicial.

5. Do não agrupamento de itens em grupos

Constatou-se nos últimos contratos com a propositura de separação em grupos das aeronaves (separação entre os monoturbinas e bi-turbinas) nenhuma eficácia prática, traduzida na efetivação dos contratos em que apenas uma empresa se consagrava em ambos grupos. Com o intuito de se buscar maior concorrência e com a finalidade de estimular a concorrência entre os licitantes e reduzir os gastos com a administração simultânea de vários contratos contendo objetos semelhantes, os itens a serem licitados eram agrupados em grupos distintos para ensejar a possibilidade de serem eles contratados separadamente, sem, contudo, impedir que a futura CONTRATADA possa se sagrar vencedora de mais de um item do certame, o que sempre ocorreu de fato.

O critério utilizado para agrupamento em grupos dos itens a serem licitados foi a identidade de modelo das AERONAVES, o que não será exigido neste certame haja vista a similaridade e intercambialidade de itens como pás do rotor principal, mangueiras, itens de célula como bancos, comandos, portas e etc, a cabeça do rotor principal e instrumentações **comuns as cinco AERONAVES**.

A possibilidade de intercambialidade dos itens aeronáuticos compatíveis entre as cinco aeronaves só foi possível pela coincidência de contratação da mesma empresa para os dois grupos no último contrato vigente, qual seja, 17/2018, caso contrário, caso fosse outra empresa vencedora de um dos grupos, não haveria a possibilidade de intercâmbio de itens reduzindo a disponibilidade e o pronto emprego das aeronaves.

A especificidade destas aeronaves permite, portanto, a junção delas neste grupo único pela possibilidade de intercambiar peças, óleos, fluidos e equipamentos eletrônicos de navegação e comunicação, reduzindo o custo para aquisição e reduzindo o prazo de indisponibilidade, facilitando e barateando inclusive a aquisição de insumos junto ao fabricante destes ambos os modelos citados.

Quanto a concorrência das empresas homologadas, coincidem as participantes mais ativas em licitações estarem homologadas para manutenção pela ANAC para oficinas do modelo AS 355B2 e AS 355N, como visto no documento anexado com nove empresas homologadas (SEI 13206885) e serem estas instadas em todos certames para fornecimento de valores de referência.

6. Da modalidade de contrato de manutenção

As modalidades de contrato de manutenção de helicóptero atualmente disponíveis no mercado aeronáutico podem variar conforme as necessidades e peculiaridades de cada tipo de operação ou de acordo com as exigências de cada operador.

A experiência haurida ao longo de praticamente 10 (dez) anos de operação pela Polícia Federal tem demonstrado que a modalidade de contrato de manutenção que melhor atende às peculiaridades de sua operação é exatamente a que vem sendo praticada desde 2002, época em que os helicópteros adquiridos por meio do Projeto Promotec/Pró-Amazônia iniciaram sua operação pela PF, recebendo manutenção na modalidade de “assistência técnica”, prestada nos termos do Anexo F do Contrato nº 21/98-CCA/DPF pela SOFREMI - SOCIÉTÉ FRANÇAISE D'EXPORTATION DE MATERIELS, SYSTEMES ET SERVICES DU MINISTERE DE L'INTERIEUR, por intermédio da empresa HELICÓPTEROS DO BRASIL S/A – HELIBRAS.

A referida modalidade de contrato de manutenção continuou sendo adotada pela PF mesmo após o término da citada assistência técnica em 2006. Naquela oportunidade, realizou-se o pregão eletrônico nº 45/2006-CPL/DICON/COAD/DLOG/DPF (Processo SIAPRO nº 08200.016380/2006-53 SERA/COAD) que redundou na contratação da empresa LÍDER SIGNATURE S/A para prestar a manutenção dos três helicópteros (Aeronaves PR-HFA, PR-HFC e PR-HFD) nos termos do Contrato nº 10/2007-COAD/DLOG/DPF, o qual praticamente reproduziu os termos do ajuste firmado por meio do instrumento contratual anterior.

Mantendo o padrão anterior de contratação, foi realizado o pregão eletrônico nº 23/2012-CPL/DICON/COAD/DLOG/DPF que teve como vencedora a empresa LÍDER SIGNATURE S/A, com a qual foi celebrado o contrato nº 47/2012-COAD/DLOG/DPF para manutenção das aeronaves PR-HFA, PR-HFC, PR-HFD e PT-HZH. Conforme já mencionado acima tal contrato começou a produzir seus efeitos em 21/12/2012 e teve sua vigência encerrada, após sucessivas prorrogações, em 22/12/2017.

Pouco alterou-se nos termos do contrato para o atual vigente, 17/2018, coincidentemente consagrado a empresa LÍDER novamente, alterando-se, nesta feita, o agrupamento antes proposto que não se mostra eficiente na prática.

Portanto, considerando que a referida modalidade de contrato de manutenção já vem sendo experimentada por mais de uma década, com resultados satisfatórios do ponto de vista operacional, não se vislumbram razões de ordem técnica para se efetuar a substituição deste modelo de contratação que comprovadamente está funcionando a contento.

Não obstante, alguns aspectos formais do presente Termo de Referência foram revisados para se ajustar aos requisitos introduzidos pela inovação legislativa e pela evolução do entendimento dos órgãos de controle externo e interno.

7. Da aquisição de componentes.

Como podemos ver na cláusula terceira do Termo de Referência, as AERONAVES a serem mantidas já possuem considerável tempo de existência e horas voadas. Assim, é bastante provável que, no curso da vigência do contrato de manutenção, eventualmente será necessária a reposição de COMPONENTES SEM CONDIÇÃO DE USO por COMPONENTES EM CONDIÇÃO DE USO, tanto de forma programada, de acordo com o exaurimento da vida útil de cada COMPONENTE, quanto de forma não programada, conforme discrepâncias e falhas imprevistas forem sendo encontradas nas AERONAVES.

Sempre que não houver no ESTOQUE ESTRATÉGICO um sobressalente para repor determinado COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO, será necessário adquirir um COMPONENTE EM CONDIÇÃO DE USO para sua substituição. Nesse caso, a aquisição pode ser feita diretamente com o fabricante do COMPONENTE ou com um revendedor nacional ou estrangeiro ou, emergencialmente, junto as aeronaves as outras aeronaves.

Assim, para estimular a concorrência, o serviço de fornecimento de COMPONENTES foi desmembrados outros SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AERONÁUTICA a serem licitados para as AERONAVES. Não fosse feito assim, seria dificultosa a concorrência nesse item específico, devido a sua eventualidade. Exemplificando, se fosse incluído o fornecimento de COMPONENTES como mais um item do preço global da proposta na licitação, mesmo que em percentuais sobre determinado valor, as empresas interessadas poderiam praticar um preço mais alto para os outros serviços de ocorrência certa e uma taxa percentual menor para o fornecimento de peças, que é item eventual, de forma provavelmente desvantajosa para a administração.

Excetua-se, como visto, nos itens acima (a exemplo do **2.2.1.3) O FORNECIMENTO EVENTUAL DE COMPONENTES DESCARTÁVEIS** que visa, primordialmente, a não interrupção da aeronavegabilidade das AERONAVES pela falta de itens cotidianos como óleo lubrificante e fluidos que poderão ser adquiridos pela CONTRATADA com empenho específico.

Assim sendo, o fornecimento de COMPONENTES, com exceção dos COMPONENTES DESCARTÁVEIS, LOCAÇÃO e REPARO DE COMPONENTES, será objeto de contrato específico, não sendo objeto dessa licitação.

8. Da justificativa para subcontratação

Ocasionalmente, pode acontecer que dois ou mais COMPONENTES da mesma aeronave (por exemplo, um indicador de atitude e um transceptor de comunicação de rádio VHF) apresentem, simultaneamente, problemas no seu funcionamento. Nessa hipótese, a ação corretiva normalmente adotada é a

desinstalação dos COMPONENTES SEM CONDIÇÃO DE USO para envio a oficinas especializadas, providas com laboratórios de eletrônica e bancadas de testes específicas para diagnosticar as causas do mau funcionamento e corrigir os defeitos.

O procedimento de envio de COMPONENTES SEM CONDIÇÕES DE USO para oficinas especializadas é o mais recorrente porque a empresa homologada pela ANAC para efetuar a desinstalação e reinstalação de COMPONENTES nem sempre estará também homologada para executar os serviços de conserto (revisão ou reparo) dos mesmos.

Com efeito, devido ao fato de os serviços de manutenção de aeronaves em geral serem bastante diversificados e complexos, exigindo alto grau de especialização técnica dos profissionais que os executam, além de um considerável investimento para se homologar uma oficina de manutenção que cumpra com os requisitos estabelecidos pela ANAC, é comum haver segregação das especialidades de manutenção aeronáutica entre as diversas empresas do ramo, com o objetivo de aumentar a eficiência e reduzir custos.

No caso específico das AERONAVES, ainda não existe no mercado uma única empresa que seja capaz de se desincumbir sozinha da totalidade dos serviços de manutenção e que tenha capacidade de executar, diretamente e com recursos próprios, todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva da célula, dos motores, dos conjuntos rotativos e dos avionônicos que as equipam.

Diante dessa peculiar realidade do mercado de manutenção aeronáutica, a única alternativa para se evitar a subcontratação seria o desmembramento da manutenção de cada aeronave segundo as diversas especialidades. Seguindo essa diretriz, houve desmembramento dos serviços mais complexos e especializados de manutenção dos motores, para os quais já existe instrumento contratual específico (Contrato nº 58/2010-COAD/DLOG/DPF) celebrado com a empresa TURBOMECA DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA para prestação de serviços do Programa de Manutenção Ordinária (níveis 3 e 4) com fornecimento de peças e suprimentos, inclusive com reposição padrão, em motores, módulos, acessórios e componentes de motores Turbomeca modelos Arriel 1D1 e Arrius 1A que equipam as AERONAVES.

Ocorre que o desmembramento dos demais SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO das AERONAVES, com a realização de licitações distintas para cada especialidade, poderia acarretar na celebração de inúmeros contratos diferentes, cada um tendo por objeto um aspecto específico da manutenção da mesma aeronave, tornando especialmente difícil a administração da manutenção das AERONAVES como um todo.

Nesse contexto, seria muito provável que ocorressem conflitos de interesse entre as diversas empresas contratadas, principalmente quando houver necessidade de se responsabilizar qualquer delas por vícios ou fato dos produtos fornecidos e dos serviços prestados, em razão de estarem todos eles relacionados ao mesmo objeto (é dizer, a manutenção das AERONAVES).

Por outro lado, com a celebração de vários contratos de manutenção distintos, aumentar-se-ia a dificuldade de fiscalização da execução contratual devido à multiplicidade de localidade de prestação dos serviços, tornando ainda mais urgente o incremento do número de servidores para exercerem as atribuições de fiscais dos referidos contratos, haja vista que hoje o CAOP possui um quadro reduzido de servidores com formação em manutenção aeronáutica.

Além disso, deve-se considerar que os servidores lotados no CAOP cumulam atividades de pilotagem com atividades administrativas diversas, incluindo a fiscalização de contratos. Assim, o deslocamento de servidores de forma frequente, a fim de realizar a fiscalização dos serviços aqui propostos, pode prejudicar as demais funções por eles desempenhadas, principalmente as atividades-fim, ou seja, as de caráter operacional.

Consequentemente, para fazer face à ampliação da demanda de trabalho de fiscalização da execução de diversos instrumentos contratuais, seria necessário ampliar o número de profissionais contratados para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria aeronáutica para auxiliar os fiscais dos vários contratos de manutenção no desempenho de suas atribuições, de acordo com o previsto no art. 67, *caput, in fine*, da Lei n. 8.666/93.

Outrossim, é preciso considerar que o CAOP está sediada no Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek em Brasília/DF, onde estão lotados os servidores que atuarão como representantes da Administração, exercendo o *minus* de fiscais dos contratos. Portanto, no caso de eventual contratação de várias empresas sediadas em outras localidades, isso fatalmente acarretaria em mais gastos com pagamento de diárias dos fiscais dos contratos e dos assessores de manutenção que acompanharão a execução dos serviços nas diversas oficinas, sem desconsiderar as despesas de traslado das AERONAVES e transporte de COMPONENTES para os CENTROS DE SERVIÇOS, combustível para os voos de traslado de ida e volta, diárias das tripulações, dentre outros custos envolvidos.

Todos os aspectos acima mencionados visam a demonstrar que a subcontratação acaba se impondo para não inviabilizar a manutenção das AERONAVES, máxime em razão da carência de servidores lotados no CAOP com formação em manutenção aeronáutica bastante para bem desempenharem a fiscalização dos instrumentos contratuais em questão.

No entanto, com objetivo de reduzir ao máximo a ocorrência de subcontratações buscar-se-á a realização de licitação de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AERONÁUTICA relacionada ao reparo de COMPONENTES, pelo Sistema de Registro de Preços, que, em caso de sucesso, será utilizado para a execução desses serviços.

9. Enquadramento dos serviços a serem contratados como serviços comuns para fins do disposto no art. 4º do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005

Para os efeitos da Lei 10.520/2002 e do Decreto 5.450/2005, são considerados serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

No caso dos serviços descritos no Termo de Referência, não resta dúvida de que é plenamente possível seu enquadramento como serviços comuns, notadamente porque os padrões de desempenho e qualidade dos serviços a serem contratados já se encontram prévia e objetivamente descritos no MANUAL DE MANUTENÇÃO e nos demais documentos técnicos emitidos pelo FABRICANTE das AERONAVES. Além disso, a atividade desenvolvida pela CONTRATADA durante o planejamento e a execução dos serviços contratados deverá cumprir com os requisitos previstos na regulamentação emitida pela AUTORIDADE AERONÁUTICA.

10. Do acordo de nível de serviços

Em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, fica instituído, conforme a Cláusula Vigésima Primeira deste Termo de Referência, o Acordo de Nível de Serviço, para os grupos 1 e 2, com base no cumprimento dos prazos relativos às Inspeções Horárias de Célula e Motor Programadas, maiores ou iguais a 100 horas, descritas no item 1.3.1 do Anexo III do Termo de Referência.

A metodologia escolhida se deveu a necessidade de estabelecimento de critérios objetivos, sendo as condições estipuladas para a consecução desses serviços, aqueles considerados razoáveis, tendo em vista a experiência haurida em uma década de operação.

O índice de disponibilidade, medido trimestralmente, referente aos dias que a aeronave esteve disponível para o voo, é critério usual do mercado aeronáutico, servindo para medir a qualidade dos serviços prestados.

Assim, será realizado um cálculo para a obtenção de um índice de disponibilidade, que incidirá no valor a ser devido pelo CUSTO MENSAL FIXO, a ser verificado mensalmente, de acordo com a fórmula constante da Cláusula Vigésima Primeira.

Brasília/DF, 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

[1]Essas definições foram extraídas da versão revisada do Plano Estratégico 2007/2022, aprovada como Anexo I da Portaria nº 1735/2010-DG, de 3 de novembro de 2010, publicada no Boletim de Serviço da Polícia Federal nº 209, de 4 de novembro de 2010.

ANEXO III

CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1 CLÁUSULA PRIMEIRA: APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

Compreendem os seguintes serviços, compondo o *Custo Fixo Mensal*.

1.1 MANUTENÇÃO DE CAMPO

1.1.1 São os serviços de manutenção preventiva e corretiva de primeiro e segundo níveis, programados ou não programados, que em razão de sua menor complexidade podem ser prestados pela equipe de técnicos descrita no item “e”, *Cláusula Sexta*, do Termo de Referência e que poderão, portanto, ser realizados fora do CENTRO DE SERVIÇOS;

1.1.2 A equipe ou o técnico necessário, em regime de plantão permanente, executará todas as atividades inerentes a manutenção de campo, quais sejam: inspeções de pré-voo; inspeções de inter-voo; inspeções de pós-voo; assistência técnica nos acionamentos dos motores; assistência técnica nas saídas e chegadas dos voos; cumprimento de todas as manutenções preventivas previstas no que lhe couber; correção das discrepâncias encontradas e acompanhamento a bordo do helicóptero nos voos de traslado quando necessário;

1.1.3 **Os itens CONSUMÁVEIS, definidos no Anexo I, estarão inclusos no APOIO OPERACIONAL, não havendo cobrança a parte.**

1.1.4 **O FORNECIMENTO EVENTUAL DE COMPONENTES DESCARTÁVEIS de aplicação nas AERONAVES e OLÉOS/FLUÍDOS (desde que não fornecidos pela CONTRATANTE) deverão ser solicitados previamente pela CONTRATADA com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias, comprovada a ciência da CONTRATANTE no prazo supracitado e havendo a possibilidade de indisponibilidade da(s) aeronave(s) poderá ser realizada a AQUISIÇÃO EVENTUAL pela CONTRATADA após a propositura de aquisição frente ao CONTRATANTE com o valor e prazo de entrega para aprovação deste.**

1.1.5 Se for necessário atendimento fora da base da CONTRATANTE em Brasília/DF, que durem mais de 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE somente arcará com as despesas de transporte para a troca de integrantes da equipe técnica da MANUTENÇÃO DE CAMPO após a segunda troca, inclusive.

1.1.6 A equipe ou o técnico que prestará a manutenção de campo deverá estar pronto para prestar o atendimento ao helicóptero nos horários informados previamente pelo SMAN/CAOP de acordo com a demanda das missões policiais;

1.1.7 O mecânico durante a jornada de trabalho permanecerá devidamente identificado e trajando uniforme fornecido pela Contratada;

1.1.8 Quando por discrepância ou por motivo de regulamentação aeronáutica for necessária uma intervenção de manutenção na aeronave que não for da competência de algum integrante da equipe da Manutenção de Campo, a Contratada deverá providenciar o técnico necessário para a solução do problema e os seus serviços serão pagos no valor de homem/hora;

1.1.9 A Contratada será responsável ainda pelas despesas de fretes, seguros, impostos e outras referentes ao transporte de peças, materiais e equipamentos da aeronave que necessitem de reparo ou avaliação fora da localidade em que estiver sendo realizado a manutenção, devendo tal custo ser repassado ao Contratante mediante comprovação;

1.1.10 Quando este tipo de serviço for realizado em localidade de difícil acesso, a Contratada deverá apresentar o técnico na cidade de acesso mais próximo onde estiver a aeronave no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e a CONTRATANTE, assim que possível, providenciará o transporte do técnico e dos materiais a serem aplicados até o local onde se encontra a aeronave;

1.1.11 O prazo acima poderá ser prorrogado mediante justificativa apresentada pela Contratada ao SMAN/CAOP;

1.1.12 A Contratada deverá cumprir todas as DIRETRIZES DE AERONAVEGABILIDADE emitidas pelo fabricante da aeronave ou pela Autoridade Aeronáutica competente que contemple o modelo de aeronave em referência e/ou seus componentes;

1.1.13 As DIRETRIZES DE AERONAVEGABILIDADE de caráter Recomendado e/ou Opcional deverão ser encaminhadas ao SMAN/CAOP para análise e definição do custo benefício de sua aplicabilidade;

1.1.14 A Contratada deverá apresentar ao SMAN/CAOP um orçamento prévio discriminando o tempo previsto para a execução e o material a ser aplicado no serviço;

1.1.15 O custo referente ao cumprimento das DIRETRIZES DE AERONAVEGABILIDADE estará coberto pelo valor fixo mensal se puder ser executado por algum técnico da Manutenção de Campo;

1.1.16 Se o técnico da Manutenção de Campo não puder executar o serviço acima mencionado, por motivos técnicos e/ou legais, a Contratada deverá apresentar orçamento detalhado com número de homem/horas previsto para sua execução, limitada ao número de homem/horas sugerido pelo fabricante, ou de orçamento detalhado de terceiro a ser subcontratado, especificando, em ambos os casos, o valor total e motivo pelo qual o serviço não poderá ser executado pelo técnico da Manutenção de Campo.

1.1.17 Os serviços de manutenção aeronáutica relacionados neste Anexo, a aplicação de acessórios e de qualquer boletim (EUROCOPTER ou TURBOMECA) serão efetuados de acordo com as normas e padrões da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, atendendo aos requisitos dos Regulamentos Brasileiros de Homologação Aeronáutica – RBHA nº 43, 91 e 145, bem como toda a legislação superveniente que for aplicável, incluindo as diretivas técnicas dos fabricantes da aeronave e do motor e serão acompanhados pelo SMAN/CAOP.

1.2 SERVIÇOS PROGRAMADOS DE MANUTENÇÃO

Compreendem todos os serviços programados de motor e célula que estão fora do conceito de MANUTENÇÃO DE CAMPO, exceto as inspeções de 3600 horas do motor ARRIEL 1D1, que serão contratadas em processo licitatório autônomo. São discriminadas a seguir:

1.2.1 INSPEÇÕES HORÁRIAS DE CÉLULA E MOTOR: São todas as Inspeções constantes nos Manuais de Manutenção de Célula das aeronaves AS350B2 e AS355N e dos Motores ARRIUS 1A e ARRIEL 1D1, maiores ou iguais do que 100 horas.

1.2.2 INSPEÇÕES CALENDÁRICAS DE CÉLULA E MOTOR: São todas as inspeções constantes nos Manuais de Manutenção de Célula das aeronaves AS350B2 e AS355N e dos Motores ARRIUS 1A e ARRIEL 1D1.

1.2.3 INSPEÇÃO ANUAL DE MANUTENÇÃO - IAM: É a inspeção anual obrigatória que está prevista na seção 91.409 do RBHA 91.

1.2.4 REMOÇÃO E INSTALAÇÃO DE COMPONENTES DE VIDA ÚTIL CONTROLADA: É o serviço necessário para se efetuar as revisões obrigatórias nos componentes das AERONAVES.

2 CLÁUSULA SEGUNDA: CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO

2.1. É o serviço de acompanhamento dos componentes controlados, do cumprimento das Diretivas Técnicas, das demais exigências pertinentes à legislação vigente, da atualização mensal de todas as cadernetas das aeronaves e controle/atualização das publicações técnicas, inclusive o diário de bordo na parte relativa à discrepâncias, horas de célula, motor, ciclos e inspeções. Para a realização do serviço de controle técnico, o SMAN/CAOP e os mecânicos da manutenção da Contratada disponibilizarão ao CTM, os seguintes dados:

2.1.1 Horas de voo, acionamentos e pousos;

2.1.2 Discrepâncias apresentadas;

2.1.3 Informações sobre serviços de manutenção realizados, tais como substituição de componentes com vida útil controlada e inspeções cumpridas.

2.2. O serviço de CTM, comporá o CUSTO MENSAL FIXO, e será apresentado mensalmente sob a forma de relatórios computadorizados, apresentados impressos e/ou em mídia eletrônica, contendo no mínimo os seguintes dados:

2.2.1. Dados gerais atualizados sobre horas de voo, horas de uso dos motores, pousos e ciclos, além dos vencimentos das principais inspeções, IAM, peso e balanceamento, licença de estação, seguros e DENTEL;

2.2.2 .Relação de inspeções a serem cumpridas;

2.2.3. Controle de componentes com vida útil controlada/limitada;

2.2.4. Controle de aplicabilidade de diretrizes de aeronavegabilidade;

2.2.5. Controle de aplicabilidade de boletins de serviço mandatório e recomendado;

2.2.6. Controle da atualização dos conjuntos de manuais da aeronave.

2.3. A Contratada arcará com toda a responsabilidade referente ao pagamento de multas ou quaisquer ônus provenientes da não observância de algum dos itens referentes ao serviço de controle técnico, ao descumprimento a qualquer recomendação, boletim ou instrução emitida pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC ou pelo fabricante da aeronave durante a vigência do Contrato, bem como será responsabilizada civil e criminalmente por qualquer falha na realização dos serviços;

2.4. Será fornecida pela Contratada, uma pasta contendo todas as listagens referentes aos controles descritos. Estas listagens serão atualizadas sempre que a aeronave cumprir uma inspeção periódica de seu programa de manutenção acima de 100 (cem) horas ou a cada mês, o que ocorrer primeiro. Neste caso, a Contratada enviará ao SMAN/CAOP o conjunto de listagens atualizadas para inserção na pasta, juntamente com a fatura de cobrança do valor fixo mensal;

2.5. A Contratada enviará ao SMAN/CAOP extratos das inspeções a serem realizadas na aeronave e seus motores e dos vencimentos dos componentes com vida útil limitada e de Diretivas Técnicas mandatórias com, no mínimo, 30 (trinta) dias ou 100 (cem) horas de antecedência, o que ocorrer primeiro, à realização do serviço adequado para o seu cumprimento;

2.6. O serviço de controle técnico inclui os serviços de revisão e/ou atualização das publicações e biblioteca técnica das aeronaves que se encontram no SMAN/CAOP, tais como: manuais de voo, manuais dos motores e estruturais manuais de manutenção, catálogos de peças, dentre outras;

2.7. A Contratada responsabilizar-se-á pela revalidação do sistema de navegação GPS instalados nas aeronaves, das licenças e/ou certificados necessários para a correta operação de cada uma das aeronaves descritas na Cláusula Primeira, item 1.2, do Termo de Referência;

2.8. Os custos referentes às assinaturas do item anterior serão repassados ao Contratante com a apresentação de orçamento, conforme modelo do Anexo IV do Termo de Referência. A periodicidade para revalidação ou atualização será semestral.

2.9. A Contratada deverá fornecer ao SMAN/CAOP as informações relativas ao controle técnico na forma prevista, sempre que solicitado, bem como permitir total acesso aos dados de controle técnico da aeronave em poder da empresa.

3 CLAÚSULA TERCEIRA- SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO

3.1 Os Serviços Eventuais de Manutenção compreendem aqueles não cobertos pelo Custo Fixo Mensal, que serão apresentados em orçamento próprio para cada evento.

3.2 Esses serviços são subdivididos em **Serviços Eventuais de Manutenção, a serem prestados diretamente pela CONTRATADA** no qual o pagamento pela mão-de-obra técnica será feito na forma de homem/hora, se prestados diretamente pela CONTRATADA; ou **Serviços Eventuais de Manutenção e Locação de Componentes Subcontratados**, caso a CONTRATADA não possa realizá-los diretamente e deva se valer de subcontratação.

3.2.1 Compreendem, mas não se limitam, aos seguintes serviços:

3.2.1.1 SERVIÇOS DE REPAROS ESTRUTURAIS: são todos os serviços previstos no Manual de Reparos Estruturais do fabricante dos helicópteros descritos na Cláusula Terceira do Termo de referência.

3.2.1.2 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM AVIÔNICOS: são todos os serviços de manutenção corretiva e preventiva nos equipamentos elétricos, eletrônicos e de instrumentos das AERONAVES.

3.2.1.3 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE TERCEIRO NÍVEL: são os serviços não cobertos pelo APOIO OPERACIONAL, que necessitam de inspeção detalhada do COMPONENTE em bancada, como, por exemplo, a revisão geral da caixa de transmissão principal (CTP).

3.2.1.4 SERVIÇOS DE PINTURA EXTERNA E INTERNA: são todos os serviços relacionados à pintura geral de aeronave conforme esquema de pintura no padrão de cor e textura aprovado pelo CAOP/DIREX/PF.

3.2.1.5 SERVIÇOS DE CAPOTARIA: são todos os serviços relacionados à manutenção e recuperação dos acentos e encostos dos bancos dos pilotos e passageiros.

3.2.1.6 CUMPRIMENTO DE DIRETIVAS TÉCNICAS que não puderem ser cumpridas pelo mecânico responsável pela MANUTENÇÃO DE CAMPO.

3.2.1.7 GRANDES MODIFICAÇÕES NA AERONAVE: são todas as modificações estruturais de melhorias e modernizações permitidas pelo fabricante do helicóptero.

3.2.1.8 SERVIÇOS DE ENVIO E COLETA DE COMPONENTES: são os serviços de frete para o envio e a coleta de componentes que necessitem passar por serviços eventuais de manutenção.

3.2.1.9 SERVIÇOS ESPECIAIS: são todos aqueles necessários à manutenção dos helicópteros descritos na Cláusula Terceira do Termo de referência e que demandam Certificados de Homologação distintos dos exigidos para os Serviços Programados

ANEXO IV

NOME DA EMPRESA - CNPJ

ANEXO IV - PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS PARA A MANUTENÇÃO DE HELICÓPTEROS

PROPOSTA DE IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS DO PREGÃO ELETRÔNICO									
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	Valor (R\$) PR-HFA	Valor (R\$) PR-LEE	Valor (R\$) PR-HFC	Valor (R\$) PR-HFD	Valor (R\$) PR-HZH	Valor Total anual (R\$)
01	01	APOIO TÉCNICO OPERACIONAL: É o valor a ser pago à Contratada mensalmente pela prestação de serviços de Manutenção Aeronáutica compreendido em: Manutenção de Campo e Serviços Programados de Manutenção, conforme descrito no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.	12 (meses)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	02	CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO - É o serviço de acompanhamento dos componentes controlados, do controle do cumprimento das Diretivas Técnicas, das demais exigências pertinentes à legislação vigente, da atualização mensal de todas as cadernetas das aeronaves e controle/atualização das publicações técnicas, inclusive o diário de bordo na parte relativa à discrepâncias, horas de célula, motor, ciclos e inspeções, conforme as especificações constantes do Anexo III.	12 (meses)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	03	SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO: É o valor a ser pago por serviços de manutenção aeronáutica a serem prestados de forma eventual diretamente pela Contratada, conforme descrito no Termo de e na Cláusula Segunda do Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.	800 (homem-hora por 12 meses)						
	04	SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO, LOCAÇÃO DE COMPONENTESSUBCONTRATADOSE FORNECIMENTO EVENTUAL DE COMPONENTES DESCARTÁVEIS:É o valor a ser pago por serviços de manutenção aeronáutica a serem SUBCONTRATADOS, conforme descrito no Termo de Referência e na Cláusula Segunda do Caderno de Encargos e Especificações Técnicas. A estimativa aqui lançada será apenas para fins de previsão orçamentária, não devendo haver lance nesse item.	01	R\$ 1.000.000,00					
	05	RESSARCIMENTO PELAS DESPESAS COM TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DO MECÂNICO: É o valor a ser pago pelos serviços de MANUTENÇÃO DE CAMPO fora da base Brasília.A estimativa aqui lançada será apenas para fins de previsão orçamentária, não devendo haver lance nesse item.	01	R\$ 330.000,00					
Valor estimado de Serviços (R\$)									
VALOR ESTIMADO DE FORNECIMENTO EVENTUAL DE COMPONENTES DESCARTÁVEIS(MATERIAL)									R\$ 25.000,00
VALOR ESTIMADO TOTAL									

ANEXO V

MODELO DE FORMULÁRIO UTILIZADO PELO SMAN/CAOP PARA SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS

SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO/MATERIAL	
Nº 000/201_	DATA: 00/00/201_

HELICÓPTERO	
() PR-HFC	() PR-HZH

<input type="checkbox"/> PR-HFD	<input type="checkbox"/> PR-HFA	<input type="checkbox"/> PR-LEE
---------------------------------	---------------------------------	---------------------------------

TIPO DE SERVIÇO

☐ INSPEÇÃO:

LOCAL:

DATA PREV.:

☐ MANUTENÇÃO CORRETIVA:

☐ REVISÃO de COMPONENTE:

☐ PEDIDO DE ORÇAMENTO PEÇA/SERVIÇO:

☐ OUTROS:

Núcleo de Manutenção de Helicóptero

Recebido por:

DATA:

Obs.:

XX

ANEXO VI

MODELO DE FORMULÁRIO DE ORÇAMENTO DE SERVIÇOS								
				MODELO DE FORMULÁRIO DE ORÇAMENTO				
	LOGOTIPO DA EMPRESA		NOME DA EMPRESA					
	Brasília/DF ,	data						
AO								
POLICIA FEDERAL - PF						ORÇAM. N.		000/00
COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL - CAOP								
AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA						AERONAVE		

ANEXO VII

https://sei.dpf.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=18468385&infra_sis... 26/30

SMAN/CAOP

Faz a Solicitação do orçamento para a oficina.

OFICINA

- Caso necessário elabora o orçamento em formulário próprio.
- Sendo material de terceiros, elabora com a menor cotação.
- Envia para SUP/SMAN/CAOP o orçamento com as demais cotações.
- Não sendo possível as três cotações justificar.

SUP/SMAN/CAOP

- Analisa o orçamento.
- Compara as cotações.
- Não sendo aprovado devolve à oficina justificando, para a elaboração de novo orçamento.
- Sendo aprovado devolve à oficina para a execução da aquisição do material.

OFICINA

- Adquire o material.
- Envia para o SUP/SMAN/CAOP a nota fiscal para faturamento, juntamente com cópia do orçamento aprovado.

SUP/SMAN/CAOP

- Constata a conclusão da aquisição do material, conforme orçamento aprovado.
- Atesta nota fiscal e envia para o responsável da Manutenção de Helicópteros.
- O responsável pela Manutenção de Helicópteros, confere, atesta a nota fiscal e envia para o Chefe do SMAN.
- O Chefe do SMAN, confere, atesta a nota fiscal e devolve ao SUP/SMAN/CAOP.
- O SUP/SMAN/CAOP envia a nota fiscal para a COAD/DLOG/PF para fins de pagamento.

ANEXO VIII**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA****DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Declaro para os devidos fins de apresentação de documentos de habilitação relativos ao Pregão nº ____/201__ COAD/DLOG/PF, que a Empresa _____ vistoriou a aeronave objeto do Termo de Referência, bem como seus documentos de registro e que na ocasião foram sanadas todas as dúvidas de ordem técnica.

Brasília-DF, ____ de _____ de 201__

Chefe do SMAN/CAOP/DIREX/PF

ANEXO IX

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

Indicador dos dois grupos da licitação	
ÍNDICE TRIMESTRAL DE DISPONIBILIDADE DE VOO DAS AERONAVES	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o maior índice de disponibilidade possível das AERONAVES, sem comprometimento da segurança de voo.
Meta a cumprir	Índice de disponibilidade maior ou igual a 75% (setenta e cinco por cento).
Instrumento de medição	Planilha de acompanhamento da disponibilidade das AERONAVES.
Forma de acompanhamento	O fiscal de contrato fará a verificação diária da disponibilidade de cada aeronave.
Periodicidade	Mensal, avaliando os últimos três meses
Mecanismo de Cálculo	Nº de dias disponibilidade no trimestre/Número de dias do trimestre = X
Início de Vigência	Data de publicação do extrato do contrato no DOU.
Faixas de ajuste no pagamento	<ul style="list-style-type: none"> Se X maior que 0,75 → 100% do valor do APOIO OPERACIONAL da AERONAVE, para o mês seguinte ao do cálculo. X de 0,70 a 0,75 → 95% do valor do APOIO OPERACIONAL da AERONAVE, para o mês seguinte ao do cálculo. X de 0,65 a 0,70 → 90% do valor do APOIO OPERACIONAL da AERONAVE, para o mês seguinte ao do cálculo. X de 0,60 a 0,65 ou menor do que 0,60 → 85% do valor do APOIO OPERACIONAL da AERONAVE, para o mês seguinte ao do cálculo.
Observações	Admite-se justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou alheios ao controle da CONTRATADA. (cf. art. 33, § 1º, da IN nº 02/2008-SLTI/MPOG).

ANEXO X

PLANO DE TRABALHO

PROGRAMA RECOMENDADO DE MANUTENÇÃO – AIRBUS

OBJETO DA CONTRATAÇÃO	Manutenção da frota de helicópteros - caop
JUSTIFICATIVA DA DEMANDA	Manter a disponibilidade da frota de helicópteros
ÍTEM A SER CONTROLADO	Aeronaves AS50 B2 e AS55 N

O QUE DEVE SER FEITO	Manutenção PREVENTIVA, PREDITIVA e CURATIVA das aeronaves de acordo com o Manual de Manutenção aprovado pela fabricante, visando manter a disponibilidade da frota de aeronaves de asa rotativa (helicópteros) pertencentes ao acervo do comando de aviação operacional – CAOP.
POR QUEM DEVE SER FEITO	A manutenção das aeronaves deverá ser realizada por empresa homologada pela fabricante e deverá seguir o Programa Recomendado de Manutenção - PRM.
QUANDO E COM QUE PERIODICIDADE DEVE SER FEITO	O Programa Recomendado de Manutenção é dividido em períodos que envolvem horas voadas e período calendário.
POR QUÊ DEVE SER FEITO	Para que as aeronaves permaneçam homologadas e em condições de aeronavegabilidade exigidas pelas autoridades aeronáuticas.
ONDE DEVE SER FEITO	As manutenções programadas e eventuais deverão ser realizadas nas dependências de empresas homologadas e autorizadas tanto pelas autoridades aeronáuticas quanto pela fabricante das referidas aeronaves.
QUAL A ESTIMATIVA DE CUSTOS	De acordo com o último contrato celebrado entre o comando de aviação operacional – CAOP e a empresa atualmente responsável pela manutenção das aeronaves o valor atual é de: R\$ 2.950.750,00 (Dois Milhões, Novecentos e Cinquenta Mil, Setecentos e Cinquenta Reais) .
QUAL O INDICADOR	Os indicadores são os Mapas de Componentes anexados ao processo. (ANEXO X “a” SEI 4980804)
QUAL A META	Disponibilidade da frota de aeronaves de asa rotativa do Comando de Aviação Operacional - CAOP.
QUAL A FORMULA DE APURAÇÃO	A fórmula de apuração dá-se através de pagamento mensal designado como APOIO OPERACIONAL que engloba todas as inspeções programadas, e também através de SERVIÇOS EVENTUAIS que contemplam as intervenções de manutenção não previstas.

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

INDICADOR	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a eficiência e a efetividade do serviço a ser prestado
Meta a cumprir	Prestar o serviço de manutenção das aeronaves Esquilo da frota do Comando de Aviação Operacional da Polícia Federal
Instrumento de medição	Ordem de Serviço (solicitação via e-mail ou telefone)
Forma de acompanhamento	Presencial, a critério da Administração
Periodicidade	Diário, semanal, ou mensal, a depender da necessidade
Mecanismo de Cálculo	Cada OS será verificada e valorada individualmente por unidade de atendimento
Início da Vigência	Data da publicação do contrato no D.O.U.
Faixa de ajuste no pagamento	Faixa 1: de 0 a 2 ocorrências = 100% da meta = recebimento de 100% da fatura; Faixa 2: de 3 a 4 ocorrências = 95% da meta = recebimento de 95% da fatura; Faixa 3: de 5 a 6 ocorrências = 90% da meta = recebimento de 90% da fatura; Faixa 4: de 7 a 8 ocorrências = 85% da meta = recebimento de 85% da fatura; Faixa 5: 9 ou mais ocorrências = 80% da meta = recebimento de 80% da fatura.
Sanções	Poderão ensejar rescisão contratual, a exclusivo critério da CONTRATANTE, as seguintes situações, sem prejuízo dos ajustes de pagamentos ou sanções previstas: a) a existência de 9 (nove) ou mais ocorrências em um único mês; b) a existência de 5 a 6

Observações

TABELA I - FATORES DE AVALIAÇÃO PARA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO

AVALIAÇÃO MENSAL		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS NO MÊS
1	Executar serviços fora dos padrões de qualidade e quantidade contratados e não corrigi-los no prazo determinado pelo RESPONSÁVEL. (Por serviço inadequado).	
2	Não executar o serviço no prazo estabelecido ou em prazo razoável a depender da situação de exceção no momento.	
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO ou abandoná-lo, sem motivo justificado ou determinação formal. (Por serviço não executado ou abandonado).	
4	Negligência na execução dos serviços, assim entendidos ausências de responsável para execução do serviço, desatenção quanto às atividades e normas, falta de urbanidade no trato interpessoal e outras situações análogas. (Por ocorrência).	
5	Não fornecer no prazo equipamento, EPI, para a realização do serviço ou não substituir quando necessário. (por serviço)	
6	Não providenciar substituição tempestiva de quaisquer ausências do responsável pelo serviço por absenteísmo. (Por unidade do serviço)	
7	Deixar de encaminhar à CONTRATANTE, ao fim do mês de prestação dos serviços, a documentação necessária para o pagamento e comprovação do serviço prestado.	
8	Deixar de atender às notificações da contratante no prazo estabelecido, incluindo-se neste caso a disponibilidade do preposto. (Por serviço solicitado).	
9	Deixar de manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas no certame licitatório.	



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO HESSEL DE PAULA**, Agente de Polícia Federal, em 22/05/2020, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALDIR FERREIRA DE OLIVEIRA**, Agente de Polícia Federal, em 22/05/2020, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JACKSON RIMAC ROSALES ALLANIC**, Coordenador(a), em 22/05/2020, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DE SOUSA**, Diretor Executivo, em 22/05/2020, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14737328** e o código CRC **D8E623EE**.